

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SOCIOECONÔMICO - CSE
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

Luana Matos Pucci

As mulheres das Ciências Econômicas: análise da representatividade das temáticas de gênero e feminista na produção acadêmica brasileira

Florianópolis

2020

Luana Matos Pucci

As mulheres das Ciências Econômicas: análise da representatividade das temáticas de gênero e feminista na produção acadêmica brasileira

Trabalho de Conclusão do Curso de Graduação em Ciências Econômicas do Centro de Socioeconômico da Universidade Federal de Santa Catarina, como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas.

Orientadora: Prof^a. Dra. Liana Bohn

Florianópolis

2020

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Pucci, Luana

As mulheres das Ciências Econômicas: análise da representatividade das temáticas de gênero e feminista na produção acadêmica brasileira / Luana Pucci ; orientador, Liana Bohn, 2020.

54 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Sócio Econômico, Graduação em Ciências Econômicas, Florianópolis, 2020.

Inclui referências.

1. Ciências Econômicas. 2. 1. Igualdade de Gênero.. 3. 2. Economia de Gênero.. 4. 3. Economia Feminista. I. Bohn, Liana . II. Universidade Federal de Santa Catarina. Graduação em Ciências Econômicas. III. Título.

Luana Matos Pucci

As mulheres das Ciências Econômicas: análise da representatividade das temáticas de gênero e feminista na produção acadêmica brasileira

Florianópolis, 04 de dezembro de 2020

O presente Trabalho de Conclusão de Curso foi avaliado e aprovado pela banca examinadora composta pelos seguintes membros:

Prof.(a) Carmen Rosário Ortiz Gutierrez Gelinski, Dr.(a)
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof.(a) Jeniffer Gonçalves, Ms.(a)
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof.(a) Liana Bohn, Dr.(a)
Universidade Federal de Santa Catarina

Certifico que esta é a **versão original e final** do Trabalho de Conclusão de Curso que foi julgado adequado para obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas por mim e pelos demais membros da banca examinadora.

Prof^a. Dra. Liana Bohn
Orientadora

Florianópolis, 2020.

Este trabalho é dedicado a mulher mais incrível que já conheci,
e que tive o orgulho de chamar de mãe.

AGRADECIMENTOS

A graduação, sem dúvidas, foi um divisor de águas em minha vida. Estou saindo dela completamente diferente de quando entrei, tanto por dentro quanto por fora, e eu só tenho a agradecer. A experiência na Universidade Federal de Santa Catarina me fez ver com outros olhos a sociedade em que estamos inseridos, me fez ser mais crítica, mais mulher e, com muito orgulho, mais feminista.

Começo agradecendo aos dois maiores exemplos de mulheres fortes que já tive, minha mãe e minha avó, que, apesar de não estarem neste plano mais, me acompanham a cada passo que eu dou rumo ao que eu acredito. Minha mãe foi a pessoa que mais me incentivou a ser quem eu sou, e sempre senti que sem ela nada disso faria sentido, hoje sei que de alguma forma ela sempre estará aqui. Agradeço ao meu pai e todo carinho que sempre me acolheu, o ser humano que me instrui ser, a humildade que me ensinou a ter e o apoio, mesmo quando eu pensei em desistir. E a toda minha família, que de alguma forma colaborou para esse momento.

Não tenho como não sorrir ao lembrar da família que construí ao longo de todo meu tempo na universidade, que acompanhou todas as minhas fases, que me apoiou em um dos momentos mais difíceis que passei durante a graduação, que me mostrou seus pontos de vista, que discordou e concordou comigo inúmeras vezes, mas que sempre esteve do meu lado. Obrigada ao meu primeiro amigo dentro da UFSC e hoje uma das pessoas mais próximas que tenho, Alberto Moreira (obrigada pela paciência, sei que não foi fácil), a Ana Luiza Junqueira, minha bancária de sucesso que sempre me motivou, ao meu amigo charlatão, Thiago Pimentel, que me mostrou um universo de possibilidades, ao Luiz Kosakoski, que dá forma dele nunca deixou de estar presente. Agradeço também aos meus amigos Emilio Bringhenti e ao Quelsin Hoffmann, por serem como irmãos pra mim, a Priscilla Martins, Sara Ezequiel, Yohana Sarmiento, Elisiane Alves, as minhas jóias da farmácia Cíntia Martins e Karina Ikieda, a Daiane Tizon, a Luiza Di Bernardi, a Jéssica Melo, Dakini Mesquita, Ana Lília Wagner, Thiago Balbo, Thiago Francisconi, Junyr Gavilan, Barbara Campos, Fernando Spengler, Clarice Spinello, Luana e Jorel meus amigos do plant, e ao grande Silvinho, não sei o que seria da graduação sem ele. Meu grande agradecimento ao meu melhor amigo, e hoje meu parceiro de crimes, Lucas Rosa, por acreditar em mim, me ajudar a crescer e ser uma pessoa tão incrível e me integrar a uma família tão especial. E minha eterna gratidão à minha orientadora, Liana Bohn, uma mulher incrível e uma acadêmica inspiradora.

Hoje tenho amizades que sei que vou levar no coração para o resto da vida. Aos que por um momento, ou por vários, passaram em minha vida e me ajudaram a construir a mulher que sou hoje, meu mais sincero “muito obrigada”. É o fim de um ciclo!

RESUMO

A participação da mulher no mercado de trabalho e no ambiente acadêmico se intensificou à medida que o direito à educação qualificada foi conquistado e garantido. Apesar da maior expressão numérica, a busca pela equidade de gênero não se limita a percentuais de representatividade equivalentes, já que isso pode também ampliar os questionamentos pertinentes a temas que impactam diretamente as mulheres. Este trabalho tem como objetivo analisar a produção científica das mulheres das Ciências Econômicas dos departamentos de economia das universidades brasileiras que possuem curso de pós-graduação na área, avaliando a representatividade da temática de gênero e feminista entre elas. Para isso, constrói-se uma amostra com dados desestruturados, que indica uma inserção de 26% de mulheres. Destas, 412 currículos foram avaliados em termos de linha de pesquisa, projeto de pesquisa ou de extensão, artigos e livros publicados e orientações, dos quais 34% conta com registro de discussão na temática em questão. Esse resultado parece otimista, mas ainda não promove uma ampla reflexão nos temas. Entretanto, a disponibilidade crescente de estudos pode criar oportunidades para novos trabalhos e novos olhares a velhos problemas de pesquisa.

Palavras-chave: Igualdade de Gênero. Economia de Gênero. Economia Feminista.

ABSTRACT

Women's participation in the labor market and in the academic environment has intensified as the right to qualified education has been conquered and guaranteed. Despite the greater numerical expression, the search for gender equity is not limited to equivalent percentages of representativeness, since this can also expand the questions pertinent to themes that directly impact women. This work aims to analyze the scientific production of women from the Economic Sciences of the economics departments of Brazilian universities that have a postgraduate course in the area, evaluating the representativeness of the gender and feminist theme among them. For this, a sample is constructed with unstructured data, which indicates an insertion of 26% of women. Of these, 412 résumés were evaluated in terms of line of research, research or extension project, articles and books published, and academic guidance, of which 34% had a record of discussion on the subject in question. This result seems optimistic, but it still does not promote a broad reflection on the themes. However, the increasing availability of studies can create opportunities for new works and new perspectives on old research problems.

Keywords: Gender Equality. Gender Economics. Feminist Economics.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Representatividade das docentes da amostra com publicações nas temáticas feministas e de gênero	41
Figura 2 – Total de docentes mulheres nos departamentos avaliados e representatividade das docentes com publicações nas temáticas feministas e de gênero, por região – 2020	42
Figura 3 - Produção acadêmica em temáticas femininas e de gênero, por década de graduação nas Ciências Econômicas	43
Figura 4 – Número de professoras com registros em cada um dos itens avaliados no Currículo Lattes	45

LISTA DE TABELAS

Tabela 1- Evolução das taxas de participação (10 anos ou mais), por sexo (%)	22
Tabela 2 – Distribuição percentual da população ocupada com 16 anos ou mais de idade, segundo sexo e setor de atividade	23
Tabela 3 - Distribuição de contingência de formados, por sexo e curso universitário (Brasil - 1970 e 2000)	26
Tabela 4 - Os 20 maiores cursos de graduação e seus percentuais de participação, por sexo – Brasil, 2017	27
Tabela 5 - Alunos de pós-graduação <i>Strictu Sensu</i> – 2018	28
Tabela 6 - Professores de pós-graduação <i>Strictu Sensu</i> – 2018	29
Tabela 7 - Percentual por idade, modalidade de ensino e sexo, do curso de Ciências Econômicas, Brasil – 2018	30
Tabela 8 - Estudantes de pós-graduação em Ciências Econômicas	30
Tabela 9 - Professores de pós graduação em Ciências Econômicas	30
Tabela 10 – Corpo docente dos departamentos de economia das universidades brasileiras avaliadas, por sexo (2020)	40
Tabela 11 - Corpo docente dos departamentos de economia das universidades brasileiras avaliadas, por região e sexo (2020)	40

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

DAES – Diretor de Avaliação Superior

ENADE – Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes

FIES – Fundo de Financiamento Estudantil

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

MEC – Ministério da Educação

PNAD – Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios

PROUNI – Programa Universidade para Todos

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	14
1.1 OBJETIVOS	16
1.1.1 Objetivo Geral	16
1.1.2 Objetivos Específicos	16
1.2 JUSTIFICATIVA	16
1.3 ESTRUTURA DO TRABALHO	18
2. MULHERES NO MERCADO DE TRABALHO E NO MEIO ACADÊMICO ..	20
2.1 BREVE RETROSPECTO DA PARTICIPAÇÃO FEMININA NO MERCADO DE TRABALHO NO BRASIL	20
2.2 A INSERÇÃO DAS MULHERES NO MEIO ACADÊMICO	24
2.2.1 As Ciências Econômicas: um espaço em processo de conquista	29
3. A REPRESENTATIVIDADE FEMININA E SEUS IMPACTOS NA PRODUÇÃO ACADÊMICA	32
3.1 MAIS MULHERES, MAIS QUESTIONAMENTOS E NOVOS OLHARES: NEUTRALIDADE E OBJETIVIDADE DA CIÊNCIA?	32
3.2 AS CIÊNCIAS ECONÔMICAS E SEU <i>HOMO ECONOMICUS</i>	33
3.3 O APARECIMENTO DAS DISCUSSÕES DE GÊNERO E FEMINISTAS NAS CIÊNCIAS ECONÔMICAS	35
4. METODOLOGIA	38
5. A REPRESENTATIVIDADE DAS TEMÁTICAS DE GÊNERO E FEMINISTA NA PRODUÇÃO ACADÊMICA DAS MULHERES DAS CIÊNCIAS ECONÔMICAS DO BRASIL	40
6. CONCLUSÃO	48
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	50
ANEXO A - Universidades que tiveram o corpo docente avaliado	54

1 INTRODUÇÃO

Ainda que seja possível afirmar que a economia e o feminismo sejam tópicos indissociáveis, a importância atribuída historicamente às mulheres no sistema econômico e nas Ciências Econômicas, enquanto disciplina, é marginal sob diferentes perspectivas.

Voltando no tempo, mesmo nas sociedades pré-capitalistas, há uma participação ativa do sexo feminino, desempenhando papéis fundamentais nas minas, manufaturas, como artesãs ou mesmo nos serviços domésticos (SAFFIOTTI, 2013). No campo das ciências, ainda que timidamente, já era possível também encontrar mulheres na pesquisa, que atuavam principalmente a partir de um vínculo familiar com outro pensador/cientista, sendo consideradas ajudantes e não recebendo o mérito pelas contribuições realizadas¹. Assim, apesar de presentes na esfera pública e nas atividades remuneradas, sua posição alternativa de mãe e esposa, refletida nas atividades do lar e nas responsabilidades sobre a família, marcam a invisibilidade feminina no sistema econômico e na interpretação do mesmo.

Neste processo de ser presente e, concomitantemente, ausente, tem-se uma combinação de aspectos culturais, sociais e econômicos que alteram a percepção do papel da mulher na sociedade. Daí a importante distinção entre sexo e gênero: enquanto aquele faz referência às características biológicas, que marcam o signo de ser homem ou mulher, o gênero remete à construção cultural sob o sexo, que gera experiências sociais distintas a partir da noção de feminino e masculino. Assim, de acordo com Fernandez (2018), a predominância e o privilégio de traços, características, atitudes e comportamentos tradicionalmente considerados masculinos (como a razão, o rigor e a objetividade), promovem uma injusta visão dos aspectos e características consideradas femininas (como a emoção, a flexibilidade e a subjetividade). Tal hierarquização colocou, historicamente, a mulher em uma posição inferior e subordinada.

Nos últimos 100 anos, entretanto, os questionamentos sobre a posição de subalternidade das mulheres, bem como as conquistas paulatinas de espaços masculinizados (no mercado de trabalho, no sistema educacional e na política) são visíveis. Neste período, coloca-se em evidência as possibilidades de acesso a estas esferas, bem como a necessidade de que reflitam igualdade de participação. A meta é que, se as mulheres representam metade da

¹ Exemplo disso é a inglesa Augusta Ada Byron – Lady Lovelace (1815-1852), considerada a primeira mulher programadora de computadores do mundo. Ela inventou inúmeras técnicas de programação, entre elas o comando condicional IF-THEN, o conceito de tipos, operadores, matrizes e loops, assim como a utilização do sistema binário ao invés do decimal. Apesar disso, ela dificilmente é citada por suas ideias, mas por ter sido ajudante de Bobbage. Afastou-se de seus estudos de matemática para dedicar-se aos filhos, porém mesmo assim foi acusada de ter sido uma mãe negligente (SCHWARTZ *et al.*, 2006).

população, também deveriam ter direito a uma fatia equivalente nos mais diversos ambientes. Entretanto, essa correlação não é tão simples.

A expansão das mulheres no mercado de trabalho remunerado e o significativo aumento de sua escolaridade não representou uma transformação integral dos espaços. Há segregação ocupacional (permanência de nichos masculinos e femininos), os salários entre os profissionais do mesmo ramo ainda são distintos, as atividades de cuidado e os afazeres domésticos permanecem sendo, em grande medida, de responsabilidade delas e, por isso, também parece haver maior dificuldade de ascensão nas carreiras. No âmbito específico das ciências, são observadas características semelhantes. Entretanto, pela importância que o conhecimento científico exerce nas sociedades, espera-se que esta maior inserção e ganho de espaço também se converta em uma mudança na compreensão da realidade, na tentativa de corrigir a miopia interpretativa que perdura nas teorias, especialmente nas Ciências Econômicas.

O aumento considerável no número de matrículas femininas no ensino superior brasileiro, ainda que marcado por estereótipos de “profissão para homens e profissão para mulheres”, tem impactado a produção acadêmica nacional. Inicialmente, surgem linhas de pesquisa que questionam o porquê das diferenças entre os sexos nas distintas áreas de atuação. Posteriormente, vislumbra-se que a construção teórica, ainda que perseguindo a objetividade científica, é marcada por androcentrismos, seja na escolha dos temas considerados importantes para a discussão, seja na forma como eles são discutidos (POWER, 2013). Independente do foco, tais abordagens justificam a importância de que os espaços sociais sejam ocupados de forma diversa, uma vez que a representatividade permite novos olhares e pontos de vista diferenciados. Daí pode vir a possibilidade de transformação social.

No caso das Ciências Econômicas, há um aumento dos estudos de gênero e feministas nos últimos anos, o que pode refletir o crescimento das mulheres na área, uma vez que elas são a grande maioria dos pesquisadores nestas temáticas. Os trabalhos refletem sobre a importância de considerar tal marcador social quando se investiga a dinâmica econômica, os sistemas produtivos, o mercado de trabalho e as relações sociais como um todo. Entretanto, mesmo diante de sua importância, são ainda classificados como subalternos na discussão acadêmica, tanto nas perspectivas ortodoxas quanto heterodoxas.

O olhar crítico que a mulher pode trazer agrega uma discussão heterogênea necessária dentro da academia. Assim, diante da tendência de aumento da participação feminina no meio acadêmico, este trabalho questiona: ao avaliar a produção acadêmica das mulheres nas Ciências

Econômicas, é possível observar se a maior participação delas tem realmente significado representatividade das temáticas de gênero e feminista?

1.1 OBJETIVOS

1.1.1 Objetivo Geral

Este trabalho tem como objetivo geral analisar a produção científica das mulheres das Ciências Econômicas dos departamentos de economia das universidades brasileiras que possuem curso de pós-graduação na área, avaliando a representatividade da temática de gênero e feminista entre elas.

1.1.2 Objetivos Específicos

São objetivos específicos do trabalho:

- a) Avaliar a inserção das mulheres no meio acadêmico, especialmente nas Ciências Econômicas, como uma das faces do mercado de trabalho.
- b) Destacar a importância da participação feminina na comunidade acadêmica.
- c) Identificar os principais conceitos e debates sobre mulheres, gênero e feminismo nas Ciências Econômicas
- d) Analisar a representatividade do debate de temáticas feministas no país a partir de um levantamento das professoras dos cursos de Economia.

1.2 JUSTIFICATIVA

Sabe-se que a participação da mulher no mercado de trabalho e no ambiente acadêmico se intensificou à medida que o direito à educação qualificada foi conquistado e garantido. Apesar da maior expressão numérica, a busca pela equidade de gênero não se limita a percentuais de representatividade equivalentes, de modo que é insuficiente ter mais mulheres nos espaços públicos se não há uma contrapartida em questionamentos pertinentes a temas que as impactam diretamente. Na academia, o mesmo é válido: a maior inserção deveria, *a priori*, implicar na discussão de temáticas que não eram, até então, debatidas.

Historicamente, a centralidade da construção do conhecimento pelos homens moldou o saber instituído, variando desde um entendimento sobre a superioridade masculina, até a invisibilização das mulheres. No campo da economia, os reflexos do viés androcêntrico se deram pela percepção de que elas não eram consideradas iguais aos homens (como trabalhadoras de segundo nível, por exemplo), ao mesmo tempo em que se ignorava, no que era considerado econômico, os espaços tradicionalmente feminizados – o lar – onde elas praticavam (e ainda praticam) o trabalho de reprodução da vida. A ausência de mulheres no debate e a falta de interesse econômico pelas mulheres entre os economistas fez com que houvesse uma demora no tratamento da condição feminina como parte da engrenagem econômica².

O ganho paulatino de espaço, por meio da inserção da mulher em diversas áreas e setores do mercado laboral, especialmente no ambiente acadêmico e na produção científica, vai ao encontro da ideia de Beauvoir (1967), de que é pelo trabalho que a mulher diminui a distância que a separa do homem, garantindo-lhe uma independência concreta. A isso, a presente discussão adiciona que a ocupação de diferentes espaços permite que as mulheres, em sua diversidade, ganhem voz para reivindicar direitos iguais e novos saberes, ampliando os lugares de fala³. Ou seja, *normalizar* os ambientes (especialmente o acadêmico), com a inclusão de mulheres brancas, negras, indígenas, trans, asiáticas, é multiplicar as experiências, de modo que o reflexo disso é uma produção de saber mais plural e que atende às diferentes demandas da sociedade, o que é da maior importância (HOLLANDA, 2018).

Exemplo disso é a representação feminina na política. A exclusão histórica das mulheres na tomada de decisão pública teve um ponto de inflexão a partir do processo de democratização nos anos 1980 e, principalmente, mediante as cotas de participação política⁴, a partir das quais a representatividade nos postos de poder promoveria interesses e necessidades desse grupo específico. O lugar de fala de mulheres eleitas reforçou, nesse espaço, discussões sobre problemáticas até então pouco exploradas, como violência doméstica, assédio,

² Prova disso é que a produção científica no escopo dos estudos de gênero nas Ciências Econômicas surge apenas nos anos 1960 e, com o viés feminista, ocorrendo ainda mais tarde. Em ambos os casos, é realizada majoritariamente por mulheres (BOHN, 2017).

³ Não há uma epistemologia determinada sobre o termo. No entanto, pode-se pensar a partir de referências que foram moldadas no seio dos movimentos sociais, muito marcado no debate virtual, questionando quem de fato pode falar (RIBEIRO, 2017).

⁴ Em 1995, de autoria da deputada Marta Suplicy, a primeira proposta de cotas eleitorais foi aprovada, reservando no mínimo 20% das candidaturas municipais de cada partido para as mulheres. Dois anos depois, as cotas de candidatura feminina foram expandidas ao legislativo das esferas estaduais e federais, exceto Senado Federal, aumentando também o percentual do mínimo para 30%.

maternidade, saúde reprodutiva e políticas sociais, ainda que o fato de ser mulher não implique, necessariamente, a defesa de pautas feministas e específicas para o gênero⁵.

Nas carreiras acadêmicas também há a expansão dos debates mediante a maior participação feminina. Entretanto, nos departamentos em que há a predominância masculina, o menor número de mulheres se reflete na produção científica da área, fazendo com que toda e qualquer pesquisa que almeje tópicos inerentes ao debate das mulheres enfrente uma baixa disponibilidade/acessibilidade de referencial teórico, com uma generalização de pontos abordados, desconsiderando, por exemplo, particularidades entre as próprias experiências vivenciadas pelas mulheres. Nesse sentido, é essencial que futuras pesquisas agreguem conhecimento sobre tal temática, facilitando um entendimento do hoje e dos diferentes problemas ocasionados por esse olhar míope da sociedade, especialmente no âmbito da estruturação das Ciências Econômicas.

Com isso, não se pretende fazer uma crítica às publicações existentes no âmbito da economia, com uma apologia de que as temáticas feministas são mais importantes do que as já postas em discussão, ou de que toda mulher da área deveria tratar da temática, ou, ainda, de que ela é restrita às mulheres. O que se busca é averiguar se a representatividade numérica dessas pesquisadoras tem, de fato, se refletido em um lugar de fala às questões de gênero dentro do contexto defendido pelo feminismo. É esperado que a lacuna entre a participação e a reflexão das mulheres também aponte novas problemáticas, de modo que é de suma importância que esse debate seja levantado na academia, tendo em vista que esse meio influencia a quebra de paradigmas em outras esferas.

1.3 ESTRUTURA DO TRABALHO

O presente trabalho se divide em quatro seções, além desta breve introdução e da conclusão. O segundo capítulo mostra como, historicamente, as mulheres ganharam espaço no mercado de trabalho (*um breve retrospecto da participação feminina no mercado de trabalho do Brasil*) e no meio acadêmico (*a inserção das mulheres nas carreiras acadêmicas*), trazendo um recorte da inserção recente nas Ciências Econômicas.

O terceiro capítulo, por sua vez, investiga e elucida o papel da representatividade das mulheres na produção acadêmica e seus impactos, analisando a neutralidade e objetividade da

⁵ Um exemplo considerável é o da deputada catarinense Caroline de Toni (PSL), que em 2020 rerepresentou um projeto da deputada federal Renata Abreu, onde extingue a cota mínima de mulheres entre os candidatos registrados pelos partidos nas eleições, trazendo regresso na participação política feminina.

ciência, a forma como isso ocorre no questionamento ao *homo economicus* e as manifestações críticas no âmbito das discussões de gênero e feministas nas Ciências Econômicas.

O quarto capítulo apresenta a metodologia aplicada no trabalho, delimitando a forma como foi construída a amostra utilizada a partir de dados não-estruturados. Trata-se de uma pesquisa exploratória que tem por finalidade levantar questionamentos sem, necessariamente, trazer respostas que findem a discussão apresentada. Por fim, o quinto capítulo mostra os resultados obtidos para o problema de pesquisa através da avaliação da publicação acadêmica das professoras dos cursos de economia do país.

2. MULHERES NO MERCADO DE TRABALHO E NO MEIO ACADÊMICO

2.1 BREVE RETROSPECTO DA PARTICIPAÇÃO FEMININA NO MERCADO DE TRABALHO NO BRASIL

“O mercado de trabalho é considerado um *locus* privilegiado de análise das desigualdades, uma vez que tanto o acesso a ele quanto a condição de ingresso neste representam etapas particularmente importantes na trajetória socioeconômica dos indivíduos” (MARCONDES *et al.*, 2013, p. 55). Para as mulheres, isso é especialmente relevante a partir das décadas de 60 e 70, quando o trabalho feminino remunerado foi tomando espaço e sendo reconhecido mediante as transformações socioeconômicas e políticas ocorridas no período. Entretanto, tais mudanças impactaram principalmente as mulheres de classe média, que avançaram nas profissões liberais. Isso porque a mão-de-obra feminina das classes mais baixas, constituídas em grande medida pela população negra, sempre fez parte do mercado de trabalho, produzindo, nas mais diversas épocas, bens e serviços para a subsistência da família ou mesmo para gerar riqueza social (SAFIOTTI, 2013)⁶. A mulher branca, por outro lado, tem suas possibilidades profissionais transformadas no período recente, de modo que apenas troca de emprego: “(...) do trabalho doméstico, assume posições no mercado e começa a ser remunerada. Do trabalho como enfermeiras, cuidadoras, professoras e secretárias, passam a competir com os homens como médicas, advogadas e biólogas marinhas” (MARÇAL, 2017, p. 14).

Ainda que o incremento feminino na população ativa tenha se dado com maior força na segunda metade do século XX, Wagner (2019) menciona que, em cada país, a evolução se deu de uma forma diferenciada, seguindo os aspectos culturais, históricos, econômicos e de acordo com as especificidades locais. No Brasil, o momento mais favorável para a inclusão em massa das mulheres ocorreu nos anos 1970, período marcado pela grande expansão da economia, pela crescente urbanização e pelo ritmo acelerado da industrialização. Por trás disso, “a sociedade brasileira passava por transformações de ordem econômica, social e demográfica que repercutira consideravelmente no nível e na composição interna da força de trabalho” (BRUSCHINI, 1989, p. 9).

⁶ Considerando esse panorama, a participação das mulheres negras no mercado de trabalho é um aspecto extremamente relevante para a compreensão da interseccionalidade de gênero e raça na constituição das desigualdades sociais brasileiras. “A trajetória socioeconômica das mulheres negras tem sido analisada como fruto do intercruzamento das mudanças ocorridas na participação das mulheres no mundo do trabalho e da estabilidade das desigualdades raciais que só recentemente começou a declinar” (Marcondes *et al.*, 2013, p. 56).

Nos anos 1980, por outro lado, a estagnação econômica, a elevada inflação e as mudanças na estrutura do emprego vividas pelo Brasil, impõem uma nova caracterização para essa inserção: devido à necessidade de mão de obra, elas passam a ocupar posições com baixo prestígio e baixa remuneração quando comparado aos trabalhadores masculinos. De certa forma, o aumento na taxa de desemprego promoveu uma redistribuição da população economicamente ativa e, mesmo em recessão, a participação feminina se manteve elevada. De acordo com Bruschini (1989), 18,2% das brasileiras com mais de 10 anos de idade eram economicamente ativas em 1970 e, vinte anos depois, a taxa de atividade feminina dobrou, subindo para 39,2%, com o número de trabalhadoras ultrapassando 22 milhões. Para Marçal (2017) e Safiotti (1976), a manutenção dos postos de trabalho das mulheres e o crescimento da participação delas em momentos de crise reflete um aproveitamento do mercado diante da necessidade de reduzir custos de contratação. A inferiorização social a que historicamente as mulheres foram alvo passa a ser aproveitada pela esfera produtiva, através de salários menores e de segmentação vertical dos postos de trabalho.

Em relação às classes sociais, há também um processo diferenciado de entrada no mercado de trabalho para as mulheres. Nas famílias de menor renda, elas tradicionalmente trabalham com o objetivo de complementar a receita familiar. Já nas famílias de classe média e alta, o maior acesso à educação gera um novo cenário de oportunidades de trabalho, o que se reflete nos distintos postos a serem ocupados, bem como no processo de reprodução das desigualdades de renda (BRUSCHINI, 1989).

Este processo de expansão da força de trabalho feminina foi acompanhado por algumas mudanças no perfil das trabalhadoras. Se na década de 70 ela era composta, em sua maioria, por jovens, solteiras e com pouca ou nenhuma instrução, nos anos 80 as trabalhadoras tinham idade acima de 25 anos, eram, em alguns casos, chefes de família e, na maioria, casadas, além de possuírem um grau mais elevado de instrução e níveis de renda mais altos. Nos anos 90 houve uma continuação deste padrão e o mercado de trabalho feminino ficou mais “adulto”, ou seja, as mulheres mais velhas passaram a ocupar mais postos de trabalho do que as mais jovens (HOFFMANN & LEONE, 2004). Neste âmbito, elas deixam de ser apenas progenitoras e cuidadoras dos afazeres domésticos, e passam a assumir continuamente o controle da família e das despesas juntamente com seu cônjuge ou, em muitos casos, sozinha, ampliando o número de núcleos monoparentais chefiados por elas.

Além da faixa etária, Bruschini (1989) menciona que o estado conjugal e a posição na família são também importantes fatores que influenciam a participação das mulheres no mercado de trabalho brasileiro. Com o perfil de trabalhadoras mais maduras na década de 80,

nas classes mais baixas as mais ativas eram as separadas, pois não contavam com o apoio financeiro de seu esposo, enquanto nas classes mais altas, as casadas com maior grau de instrução eram a maioria. Em sequência vinham as solteiras, que constituíam um grupo mais jovem, tendo preferência entre os empregadores.

De acordo com Borges (2009), a mudança no mercado de trabalho após a desvalorização cambial de 1999 resultou em baixas taxas de crescimento econômico, gerando uma redução generalizada dos salários, crescimento do número de pessoas pobres, como também de formas atípicas de contratação (informalização, terceirização de atividades produtivas e reprodução em escala das atividades de subsistência urbana). Nesse processo, as mulheres permaneceram em trabalhos precários e vulneráveis, em setores já tradicionalmente por elas ocupados. A partir de 2003, por outro lado, a economia brasileira começa a se recuperar, de modo que o crescimento econômico, associado a políticas públicas, cria condições para gerar empregos formais no país, o que implica na ampliação nos índices de ocupação em toda a população economicamente ativa.

A Tabela 1, apresentada abaixo, resume a principal mudança no mercado de trabalho: ao longo do tempo, ele se torna mais feminino. O aumento da representatividade é evidente pela ampliação das trabalhadoras (empregadas ou em busca ativa de trabalho) entre as mulheres com 10 anos ou mais de idade, de modo que a taxa de participação delas na força laboral vai de 13%, em 1950, para 48,6% em 2010. Ou seja: há sete décadas, pouco mais de um décimo das mulheres estavam inseridas no mercado de trabalho, enquanto na última década quase metade delas fazem parte dele. Os homens, por outro lado, reduziram sua inserção.

Tabela 1- Evolução das taxas de participação (10 anos ou mais), por sexo (%)

Ano	Homens	Mulheres
<i>1950</i>	78,0	13,0
<i>1960</i>	75,6	16,2
<i>1970</i>	69,9	18,2
<i>1980</i>	70,5	26,3
<i>1990</i>	69,6	37,1
<i>2000</i>	67,7	43,3
<i>2010</i>	66,8	48,6

Fonte: Censos Demográficos (IBGE).

A ampliação da participação das mulheres no mercado de trabalho não promoveu, entretanto, uma inserção homogênea delas entre os setores de atividade. Conforme mostra a Tabela 2, mesmo que seja possível perceber algumas mudanças ao longo do tempo, os empregos femininos estão mais concentrados nos serviços sociais, seguido do comércio e de outras

atividades. Enquanto isso, os empregos masculinos são mais distribuídos, com a maior parte da população ocupada de homens estando no comércio, na agricultura e na construção civil.

Tabela 2 – Distribuição percentual da população ocupada com 16 anos ou mais de idade, segundo sexo e setor de atividade

Setores de atividade		2003	2005	2007	2011	2015
HOMENS	<i>Administração Pública</i>	5,6	5,4	5,4	5,7	5,6
	<i>Agricultura</i>	22,8	22,7	20,7	18,2	17,0
	<i>Comércio</i>	18,9	18,9	18,9	17,9	18,6
	<i>Indústria</i>	16,0	16,7	17,3	15,1	14,0
	<i>Construção Civil</i>	11,2	11,2	11,5	14,3	15,2
	<i>Serviços Auxiliares</i>	10,3	10,1	10,4	12,2	12,4
	<i>Serviços Sociais</i>	4,4	4,4	4,5	4,7	5,5
	<i>Outras Atividades</i>	10,9	10,8	11,2	11,8	11,7
	Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
MULHERES	<i>Administração Pública</i>	4,5	4,5	4,6	5,3	4,9
	<i>Agricultura</i>	15,5	15,5	13,6	10,9	9,5
	<i>Comércio</i>	15,8	16,2	16,5	17,6	17,5
	<i>Indústria</i>	12,5	12,9	12,7	11,3	10,8
	<i>Construção Civil</i>	0,4	0,4	0,5	0,5	0,7
	<i>Serviços Auxiliares</i>	5,6	5,8	6,0	7,9	8,0
	<i>Serviços Sociais</i>	34,3	33,4	33,5	32,6	33,7
	<i>Outras Atividades</i>	11,3	11,3	12,5	13,9	14,9
	Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça no Brasil (IBGE/PNAD).

Essa distribuição diferenciada é reconhecida pelo termo “segregação horizontal”, quando há uma distribuição heterogênea dos empregados em diferentes funções, seguindo um rol de gênero (separação entre profissões para mulheres e profissões para homens). Na medida em que a procura de mão-de-obra feminina se restringe a um limitado número de empregos, enquanto a oferta de trabalhadoras tende a crescer, os salários femininos continuam a ser proporcionalmente menores do que os dos homens, ao que se soma o fato de serem postos de trabalho de menor prestígio, refletindo a posição das mulheres na sociedade⁷ (BRUSCHINI, 1989). Além disso, outro fator pertinente deve ser destacado – o perfil feminino associado à docilidade e fragilidade faz com que o mercado acredite que mulheres não possuem poder de reivindicação, não podendo, portanto, ascender a carreiras de supervisão ou a cargos de chefia. Tais estereótipos são um dos fatores que justificam a chamada “segregação vertical” do trabalho

⁷ Em todas as faixas educacionais, ao comparar homens e mulheres inseridos no mercado de trabalho, Jansen (2020) mostra que os homens têm sempre rendimentos mais elevados do que as mulheres. Além disso, quanto mais elevado é o nível educacional, maior a diferença de rendimento: de 1,4 vezes para os que possuem até 8 anos de escolaridade, passando para 2,5 vezes na média entre homens e mulheres com mais de quinze anos de estudo.

– conforme há o avanço na hierarquia profissional, menor é a representatividade de mulheres, o que constituiria uma espécie de “teto de vidro” (FERNANDEZ, 2019).

Outro grande limitante da inserção ativa das mulheres no mercado de trabalho ainda é a responsabilização feminina pelos afazeres domésticos e pelo trabalho de cuidado. A grande maioria das mulheres tem a necessidade de conciliar o trabalho remunerado com o trabalho doméstico e com os filhos e, por esse motivo, acabam restringindo-se a trabalhos com carga horária reduzida⁸.

Esse debate e os demais destacados anteriormente ganharam relevo no Brasil especialmente a partir dos anos 90, quando as questões de gênero e os direitos da mulher no mercado de trabalho e na sociedade começaram a ser abordados com uma maior frequência, em parte pelo seu melhor nível de escolaridade, mas também pelas ondas feministas que acompanharam esses anos, expondo a posição de subalternidade que historicamente marcou o papel feminino na sociedade. Segundo Borges (2009), o marco se dá com a Constituinte, entre 1987/88, na qual se abre espaço para pautas importantes de discussão de políticas de emprego, com sindicatos, partidos políticos e outros setores similares.

2.2 A INSERÇÃO DAS MULHERES NO MEIO ACADÊMICO

A entrada da mulher no meio acadêmico muito se assemelha à sua inserção no mercado de trabalho, sendo ambos historicamente tardios. Isso porque as universidades são um espaço profissional específico, um subconjunto do mundo laboral, que sente os impactos diretos das mudanças ocorridas no acesso feminino à esfera da produção. Entretanto, tais espaços (diferentemente das escolas, onde as mulheres se tornam rapidamente maioria), também se constituem no local em que há o cruzamento das esferas de educação e trabalho, no qual se revelam algumas dinâmicas particulares.

Enquanto os homens desde cedo eram ensinados a ler e a escrever, as mulheres eram ensinadas a costurar, algumas tinham aulas de etiqueta, e aquelas com maior poder aquisitivo chegavam a aprender outra língua. Além do mais, os objetivos de ensino também eram distintos:

Os homens eram educados para serem principalmente advogados e médicos, enquanto que às mulheres era ensinado apenas às prendas domésticas que eram importantes para encontrarem o destino a qual as mulheres eram destinadas: o casamento. As mulheres eram educadas para se tornarem donas de casa, mães

⁸ Segundo o estudo “Estatísticas de Gênero - Indicadores Sociais das mulheres no Brasil”, pesquisa do IBGE, em 2016, as mulheres brasileiras se dedicaram ao cuidado de pessoas e/ou aos afazeres domésticos cerca de 73% a mais tempo do que os homens (18,1 horas contra 10,5 horas semanais, respectivamente). Para as mulheres pretas ou pardas, a diferença é ainda maior (80% a mais), alcançando cerca de 19 horas semanais.

e esposas dedicadas aos seus maridos (BEZERRA, 2013, p.2).

Entretanto, com o aumento da escolaridade da população brasileira na segunda metade do século XX, que impacta todas as classes sociais, evidenciou-se um crescimento da educação das mulheres: enquanto no ensino fundamental há uma certa igualdade de gênero, a partir do ensino médio o *gap* passa a pender para a maior representação feminina e, já nos anos 1990, elas representam cerca de 60% dos concluintes no ensino superior⁹. Em certa medida, como menciona Bohn (2010), a mudança cultural que ocorreu nos papéis de feminino e masculino acompanhou a evolução da participação das mulheres no âmbito educacional.

Nas universidades, de acordo com Bezerra (2013), o pioneirismo feminino ocorre em Ohio, nos Estados Unidos, em 1837, e aos poucos foi se espalhando por boa parte dos Estados Unidos. No entanto, eram universidades exclusivamente voltadas a mulheres e, em geral, ofereciam somente a licenciatura. Na Europa, este processo ocorreu mais tardiamente, exemplo que será seguido pelo Brasil, onde elas foram autorizadas a frequentarem um curso superior no ano de 1879, ainda que a primeira mulher a ingressar o tenha feito apenas em 1887, na Bahia. Entretanto, como menciona Artes (2017), o avanço feminino foi intenso: em um século, a impossibilidade de acesso se converte em uma situação de equilíbrio na participação de homens e mulheres cursando o ensino superior.

“A presença da mulher na universidade representou, na ótica da reivindicação educacional, a maior conquista, uma vez que neste ambiente não haveria distinções de currículo entre os gêneros” (BOHN, 2010, p.31). Contudo, ainda que esse avanço tenha criado oportunidades antes inexistentes, não eliminou completamente a distinção de profissões para homens e para mulheres, que já se mostrava característico no mercado de trabalho. Assim, a presença feminina em cursos dominados pelo sexo masculino era pouco expressiva para caracterizar o espaço universitário como de livre trânsito para as mulheres, concentrando-as em profissões que muito se assemelhavam às características tradicionalmente identificadas como femininas ou que remetiam às atividades de cuidado. Esse é o caso, por exemplo, de áreas ligadas à saúde (odontologia, enfermagem e farmácia) e a humanas (pedagogia, serviço social e secretariado).

Conforme dados dos Censos Demográficos de 1970 e 2000 apresentados na Tabela 3, tal segmentação se torna explícita: no primeiro, as mulheres são maioria entre os formados nos

⁹ A ampliação da representatividade se deu paralelamente ao aumento do tamanho do Ensino Superior brasileiro, que contou com políticas públicas de inclusão como o FIES – Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior, criado em 1999 e ampliado em 2003, e com a criação, em 2004, do Programa Universidade para Todos (PROUNI), que oferecia bolsas integrais e parciais para os cursos de graduação.

curso de Filosofia, Geografia, História, Belas Artes, Ciências Sociais, Letras, Psicologia, Enfermagem, Pedagogia e Serviço Social, representação que é, em grande medida, puxada pelas carreiras de Licenciatura. Em 2000, isso não se modifica, adicionando-se ainda Odontologia, Arquitetura e Educação Física. Neste contexto, a prevalência de “profissões para homens” torna-se menor e restrita a alguns segmentos, como é o caso das Engenharias Mecânica e Elétrica. Entre os economistas, base para a discussão deste trabalho, o ganho de espaço é evidente: em 1970, as mulheres compreendiam 9% do contingente de formados, ampliando em 23 pontos percentuais sua representatividade (que passa para 32%) ao longo de três décadas.

Tabela 3 - Distribuição de contingência de formados, por sexo e curso universitário (Brasil - 1970 e 2000)

Cursos Universitários	1970 Mulheres (%)	1970 Homens (%)	2000 Mulheres (%)	2000 Homens (%)
<i>Engenharia Mecânica</i>	2	98	3	97
<i>Engenharia Elétrica</i>	2	98	7	93
<i>Engenharia Civil</i>	2	98	15	85
<i>Agronomia</i>	3	97	12	88
<i>Veterinária</i>	4	96	30	70
<i>Física</i>	39	61	30	70
<i>Economia</i>	9	91	32	68
<i>Medicina</i>	11	89	36	64
<i>Administração</i>	15	85	39	61
<i>Direito</i>	13	87	40	60
<i>Química</i>	39	61	44	66
<i>Estatística</i>	17	83	47	53
<i>Odontologia</i>	18	82	51	49
<i>Arquitetura</i>	17	83	54	46
<i>Educação Física</i>	55	45	54	46
<i>Filosofia</i>	66	34	55	45
<i>Matemática</i>	39	61	60	40
<i>Farmácia</i>	32	68	65	35
<i>Geografia</i>	69	31	72	28
<i>História</i>	66	34	74	26
<i>Belas artes</i>	71	29	75	25
<i>Ciências Sociais</i>	72	28	78	22
<i>Letras</i>	73	27	87	13
<i>Psicologia</i>	70	30	89	11
<i>Enfermagem</i>	93	7	91	9
<i>Pedagogia</i>	84	16	93	7
<i>Serviço Social</i>	90	10	98	2

Fonte: Censo demográfico de 1970 e 2000 do IBGE.

Borges (2009) reforça a ideia de que grande parte dessa distribuição desigual nas profissões ainda se deve aos estereótipos de feminilidade, enquadrando-se em funções que remetem aos cuidados e que recuperam as atividades antes realizadas na esfera doméstica (elas podem se avaliar mais aptas para o exercício de determinadas funções que consideram adequadas para seu gênero). Atualmente, esse padrão parece mais evidente nos cursos que foram (e continuam sendo) tradicionalmente feminizados, conforme mostra a Tabela 4. Levando em consideração os maiores cursos de graduação no país no quesito número de alunos, a segmentação no que cabe às mulheres está na Pedagogia (92,5% são alunas), na Enfermagem (84%), na Psicologia (80,5%), na Fisioterapia (79%), no Serviço Social (90%) e na Nutrição (85,2%). Os homens, por outro lado, são a expressão dos cursos mais técnicos, representando 69,5% na Engenharia Civil e 89,7% na Engenharia Mecânica. Assim, se ainda é possível identificar certa resistência ao ganho de espaço universitário para as mulheres, não há uma mudança com relação ao perfil típico das “profissões de mulheres”, uma vez que a participação de homens nelas não passou por grandes mudanças.

Tabela 4 - Os 20 maiores cursos de graduação e seus percentuais de participação, por sexo – Brasil, 2017

Curso da graduação	Sexo (%)	
	Mulheres	Homens
<i>Direito</i>	55,3	44,7
<i>Pedagogia</i>	92,5	7,5
<i>Administração</i>	54,9	45,1
<i>Ciências Contábeis</i>	57,0	43,0
<i>Engenharia Civil</i>	30,5	69,5
<i>Enfermagem</i>	84,0	16,0
<i>Psicologia</i>	80,5	19,5
<i>Formação de professor Educação Física</i>	40,2	59,8
<i>Arquitetura e Urbanismo</i>	66,6	33,4
<i>Fisioterapia</i>	79,0	21,0
<i>Engenharia de Produção</i>	35,0	65,0
<i>Gestão de pessoal/Recursos Humanos</i>	78,0	22,0
<i>Serviço Social</i>	90,1	9,9
<i>Medicina</i>	58,2	41,8
<i>Educação Física</i>	35,0	65,0
<i>Engenharia Mecânica</i>	10,3	89,7
<i>Nutrição</i>	85,2	14,8
<i>Farmácia</i>	71,9	28,1
<i>Odontologia</i>	72,2	27,8
<i>Empreendedorismo</i>	47,6	52,4

Fonte: Elaborada pelo Inep com base nos dados do Censo da Educação Superior.

Embora as carreiras que antes eram exercidas somente por homens contem agora com a participação feminina, os espaços universitários ainda não são totalmente inclusivos a grupos minoritários. Considerando a articulação de gênero com classe social e raça, as estatísticas referentes aos Censos do Ensino Superior dão indícios de que as mulheres aqui destacadas são, em sua grande maioria, brancas e de classe média. Daí estabelece-se um paralelo entre o processo de feminização universitário e aquele que ocorreu (e ainda ocorre) no mercado de trabalho, que continua a reproduzir essas desigualdades. Conforme o relatório *Education at Glance 2019*, que traça um panorama da educação nos 36 países membros da OCDE e em outros dez países, incluindo o Brasil, apesar de as mulheres com ensino superior representarem 25% dos brasileiros entre 25 e 34 anos (os homens são 18%), sua empregabilidade é de 82%, contra 89% da empregabilidade masculina.

A menor empregabilidade, somada à necessidade de mostrar um nível de escolaridade maior para ter acesso aos mesmos postos de trabalho dos homens, pode estar por trás da maior representatividade feminina nos Programas de Pós-Graduação no país, compreendendo, em 2018, 53,8% de seus estudantes (ver Tabela 5). Neste nível, como desdobramento da concentração de gênero em algumas áreas do Ensino Superior, evidencia-se a escassa presença de mulheres, sobretudo nas áreas de Ciências Exatas e da Terra, bem como nas Engenharias.

Tabela 5 - Alunos de pós-graduação *Strictu Sensu* – 2018.

Áreas dos cursos de pós-graduação	Feminino	%	Masculino	%	Total Geral
<i>Ciências Agrárias</i>	19.083	57,3	14.229	42,7	33.312
<i>Ciências Biológicas</i>	14.758	61,8	9.117	38,2	23.875
<i>Ciências da Saúde</i>	39.464	69,2	17.582	30,8	57.046
<i>Ciências exatas e da terra</i>	11.809	31,6	25.610	68,4	37.419
<i>Ciências Humanas</i>	36.722	58,6	25.954	41,4	62.676
<i>Ciências Sociais Aplicadas</i>	25.345	49,4	25.952	50,6	51.297
<i>Engenharias</i>	16.070	34,2	30.935	65,8	47.005
<i>Linguística, letras e artes</i>	15.952	64,9	86.43	35,1	24.595
<i>Multidisciplinar</i>	30.960	58,2	22.236	41,8	53.196
Total	210.163	53,8	180.258	46,2	390.421

Fonte: Plataforma Sucupira/CNPq.

Diante desse retrato, a participação feminina no corpo docente dos programas de pós-graduação é maioria apenas nas áreas de “Linguística, letras e artes”, nas quais são 59,7% dos professores, e nas “Ciências da Saúde”, em que representam 54,3% do corpo docente (ver Tabela 6). Essa aparente perda de espaço entre a representação das mulheres entre os estudantes de pós-graduação e os professores pode estar associada às dificuldades de acesso ao mundo

acadêmico, mais especificamente às pesquisas associadas aos cursos de mestrado e doutorado, mas também pode ser decorrente do peso geracional – é possível que a maior representatividade de homens no corpo docente esteja associada à maior formação deles no passado. A incorporação de mais mulheres nos departamentos, resultado do incremento delas nos cursos de pós-graduação, poderá mudar esse panorama.

Tabela 6 - Professores de pós-graduação *Strictu Sensu* – 2018.

Áreas dos cursos de pós-graduação	Feminino	%	Masculino	%	Total Geral
<i>Ciências Agrárias</i>	2.890	34,6	5.473	65,4	8.363
<i>Ciências Biológicas</i>	4.117	46,0	4.838	54,0	8.955
<i>Ciências da Saúde</i>	9.156	54,3	7.715	45,7	16.871
<i>Ciências exatas e da terra</i>	2.935	24,7	8.966	75,3	11.901
<i>Ciências Humanas</i>	6.971	49,7	7.060	50,3	14.031
<i>Ciências Sociais Aplicadas</i>	4.625	38,5	7.395	61,5	12.020
<i>Engenharias</i>	2.057	23,2	6.827	76,8	8.884
<i>Linguística, letras e artes</i>	3.459	59,7	2.334	40,3	5.793
<i>Multidisciplinar</i>	7.428	44,7	9.193	55,3	16.621
Total	43.638	42,2	59.801	57,8	103.439

Fonte: Plataforma Sucupira/CNPq.

2.2.1 As Ciências Econômicas: um espaço em processo de conquista

Comparativamente às Engenharias, os cursos de Ciências Econômicas são mais feminizados. Isso não significa, entretanto, que seja um espaço tradicionalmente feminino, mas um daqueles redutos nos quais as mulheres têm apresentado um crescimento em sua participação. Conforme evidenciado na Tabela 3, em 1970, elas compreendiam 9% do contingente de economistas do país e, nos anos 2000, passam a representar 32%. Diversas podem ser as barreiras para sua maior participação e, no âmbito deste trabalho, pretende-se avançar na discussão de um ciclo vicioso que associa baixa representatividade histórica e reduzida contestação sobre a universalidade do pensamento econômico que, em grande medida, ignora o papel desempenhado pela mulher na sociedade.

Conforme as informações do Censo da Educação Superior referentes ao ano de 2018, as mulheres são menos representativas entre os matriculados em Ciências Econômicas, tanto na modalidade presencial quanto a distância, independentemente da faixa etária avaliada (ver Tabela 7). Na educação presencial, elas compreendem 41% dos graduandos do curso, participação que cai para 27,7% em EaD.

Tabela 7 - Percentual por idade, modalidade de ensino e sexo, do curso de Ciências Econômicas, Brasil – 2018.

Grupo Etário	Modalidade de Ensino					
	Educação Presencial			Educação a Distância		
	Total	Masculino	Feminino	Total	Masculino	Feminino
<i>Até 24 anos</i>	54,1	29,7	24,4	7,9	5,0	3,0
<i>Entre 25 e 29 anos</i>	30,9	19,2	11,7	26,7	16,8	9,9
<i>Entre 30 e 34 anos</i>	8,9	6,1	2,9	20,8	11,9	8,9
<i>Entre 35 a 39 anos</i>	3,3	2,2	1,1	17,8	13,9	4,0
<i>Entre 40 e 44 anos</i>	1,4	1,0	0,4	7,9	7,9	0,0
<i>Acima de 45 anos</i>	1,3	0,9	0,5	18,8	16,8	2,0
Total	100,0	59,0	41,0	100,0	72,3	27,7

Fonte: MEC/Inep/Daes – Enade 2018.

Mesmo que ainda seja minoria, a crescente representação de mulheres nos cursos de Ciências Econômicas também amplia sua inserção na pós-graduação, tendência observada anteriormente para as grandes áreas do conhecimento¹⁰. A Tabela 8 evidencia este crescimento: em 2004, elas compreendiam 29,5% dos estudantes de mestrado e doutorado em Economia, passando para 33% em 2018. Essa ampliação ocorre em um contexto de expansão das vagas de pós-graduação (que aumentaram em mais de 80%) e do número de bolsas de estudos concedidas pelos órgãos de fomento. Há, assim, um ganho significativo de espaço pelas mulheres.

Tabela 8 - Estudantes de pós-graduação em Ciências Econômicas.

	2018		2004	
<i>Feminino</i>	1679	33%	812	29,5%
<i>Masculino</i>	3408	67%	1942	70,5%
Total	5087		2754	

Fonte: Plataforma Sucupira/CNPq.

Tabela 9 - Professores de pós graduação em Ciências Econômicas.

	2018		2004	
<i>Feminino</i>	264	20,4%	101	15,8%
<i>Masculino</i>	1028	79,6%	539	82,4%
Total	1292		640	

Fonte: Plataforma Sucupira/CNPq.

O aumento do número de estudantes mulheres na pós-graduação se reflete na ampliação da participação das mesmas no corpo docente dos programas, que tiveram seu tamanho duplicado entre 2004 e 2018, como pode ser observado na Tabela 9. Ainda assim,

¹⁰ A ampliação feminina também é destacada pelo Conselho Federal de Economia. Em 2020, 26,81% dos registros de atuantes na profissão são de mulheres.

representam pouco mais de um quinto dos professores nos cursos de mestrado e doutorado em Economia o que, em termos de publicação científica, tem um impacto significativo, haja vista que esse segmento educacional concentra a maior parte das publicações acadêmicas.

Apesar do peso da segmentação profissional, é notável os avanços realizados pelas mulheres no ambiente acadêmico, especialmente em espaços até então considerados redutos masculinos. Ainda que, muitas vezes, isso seja insuficiente para trazer uma verdadeira pluralidade aos departamentos, a inserção feminina pode recuperar experiências invisibilizadas e lançar novos olhares à interpretação da sociedade, refletindo sobre aspectos até então desconsiderados pela visão de mundo dominante, que se tornou conhecimento padrão e universal (*mainstream*). Em outras palavras, o olhar crítico diversifica o pensamento econômico, tornando-o mais plural.

Jansen (2020) afirma que as mulheres trazem uma preocupação com as políticas de meio ambiente, energias renováveis, priorizam a intervenção estatal no que se refere à legislação de proteção trabalhista, enquanto que os homens focam em soluções práticas de mercado. Entretanto, é necessário questionar em que medida essas mulheres também refletem sobre a sua condição na construção de uma Economia que sirva à compreensão de relações econômicas perpassadas pela perspectiva de gênero. Com isso, a representatividade numérica promoveria a ampliação de espaços de reflexão diversos, dando abertura, no ambiente acadêmico, à fala de grupos historicamente calados.

3. A REPRESENTATIVIDADE FEMININA E SEUS IMPACTOS NA PRODUÇÃO ACADÊMICA

3.1 MAIS MULHERES, MAIS QUESTIONAMENTOS E NOVOS OLHARES: NEUTRALIDADE E OBJETIVIDADE DA CIÊNCIA?

A maior inserção das mulheres no meio acadêmico e nos centros de pesquisa vai muito além da igualdade numérica de participação. As perspectivas que uma maior diversidade de gênero traz afetam o que é ensinado em sala de aula e, como sugere Jansen (2010), ampliam o leque de questionamentos realizados. Isso ocorre porque, conforme Ribeiro (2016, p. 17), há uma influência do cotidiano do pesquisador quanto à produção científica: tendo em vista que a economia é uma ciência social, “as observações e investigação do economista têm as hipóteses como ponto de partida e estas são provenientes do convívio social”. Assim, não se trata apenas de rever a presença das mulheres nestes campos, mas sim de revelar vieses sexistas e androcêntricos nos pressupostos da ciência (HAYASHI *et al.*, 2007).

Por trás desta premissa, como menciona Bandeira (2008), está o fato de que o conhecimento científico historicamente tem sido considerado um domínio reservado aos homens, explicitando uma forte resistência à presença feminina no meio científico. Neste sentido, para a Economia enquanto disciplina, o domínio masculino refletirá o conhecimento acadêmico produzido (Bohn e Catela, 2017), uma vez que alguns dos parâmetros mais valorizados (racionalidade e objetividade) estariam deformados por valorações androcêntricas e sexistas (FERNANDEZ, 2018). Por outro lado, o conhecimento produzido sobre e pelas mulheres, é historicamente visto como de menor valor, não sendo digno de ser contemplado pela ciência porque pode trazer reflexões sobre o “trabalho feminino” (esforços não remunerados e praticados no âmbito privado, nas residências) e sobre o que se denomina por “coisas de mulher” (CONCEIÇÃO E ARAS, 2013).

A incorporação, em grande escala, de mulheres no mercado de trabalho e nas universidades revelou uma gama de preocupações antes inexistentes e, como explica Fernandez (2018), promoveu o incremento de questionamentos diversos. Em comum, eles traziam uma reflexão sobre a universalidade do pensamento constituído e sobre a necessidade de recuperar experiências invisibilizadas porque não consideradas relevantes à análise científica. Algumas vezes, a busca de respostas se dará utilizando os ferramentais já existentes (com a incorporação das questões de gênero às teorias tradicionais), em outras a crítica se torna mais forte a ponto de mostrar a necessidade de repensar os axiomas em suas bases, reconstruindo-os (nestes casos,

compreende-se o foco dos estudos da chamada *epistemologia feminista*). Esta última, por reivindicar uma maior ruptura, tem menos espaço nos ambientes de divulgação científica das Ciências Econômicas, de modo que, como explica Schiebinger (1999), estudos de gênero se tornam uma área de especialidade, sem ser incorporada de fato ao núcleo padrão das disciplinas.

3.2 AS CIÊNCIAS ECONÔMICAS E SEU *HOMO ECONOMICUS*

Nas Ciências Econômicas, o saber instituído e tornado universal ancora-se em seu agente representativo: o *homo economicus*. Ele traz consigo as características consideradas básicas para compreender as relações econômicas processadas na esfera de mercado, delimitando quem simboliza o indivíduo da economia e o que nela é considerado econômico. Embora seja um recurso analítico utilizado principalmente a partir da revolução marginalista, com o ganho de espaço do conhecimento neoclássico, suas bases encontram-se no âmbito da economia política.

Adam Smith, a partir d'*A Teoria dos Sentimentos Morais* (1759) e d'*A Riqueza das Nações* (1776), acreditava que a criação da riqueza era originária de inúmeras características do homem econômico, dentre elas suas motivações, preferências, propensões e talentos. De certa forma, em sua análise, o ser humano é considerado um ser egoísta e a permuta, presente nas mais antigas sociedades, se dava em favor de seus próprios interesses, sustentando e fundamentando filosoficamente o *homo economicus* (GRECCO, 2018).

Como menciona Hunt e Lautzenhaiser (1978), apesar de Adam Smith ser pioneiro na construção da ideia do *homo economicus*, sua personificação se dá a partir de Malthus e de Mill: Thomas Malthus, em seus estudos sobre população, fundamenta o modelo econômico baseado em uma 'persona', enquanto John Stuart Mill, em sua obra *Da definição de economia política e do método de investigação próprio a ela*, deixa claro que o indivíduo seria voltado a um único desejo e este seria de possuir riquezas. Entre os clássicos, portanto, a concentração na compreensão do processo produtivo e do mercado faz com que, ainda que haja algumas referências às mulheres, elas ocupem espaços reduzidos na interpretação do sistema econômico (CARRASCO, 1999).

Adam Smith, por exemplo, não chegou a ignorar totalmente o trabalho realizado pelas mulheres no âmbito doméstico, mas, apesar de considerá-lo importante, não lhe atribui valor, a não ser pelo impacto que promove sobre a educação dos filhos, o que posteriormente

influenciaria a formação de indivíduos produtivos¹¹. Para Karl Marx, que fundamenta a economia política marxista, o trabalho doméstico não foi tratado de modo diferente, não sendo reconhecido a partir do seu valor. Além disso, sua distinção entre trabalho produtivo e improdutivo¹² gera uma associação do trabalho doméstico como improdutivo, inferiorizando-o comparativamente àquele que é praticado na esfera do mercado e, como consequência, relegando às mulheres um espaço menos importante no sistema econômico (TEIXEIRA, 2008)

Na teoria neoclássica, que substitui a teoria do valor-trabalho (com a perspectiva da produção) para a teoria do valor-utilidade (com a perspectiva no mercado), o termo *homo economicus* foi empregado, em 1885, por Alfred Marshall e, em meados do século XX, a escolha da racionalidade do homem econômico tornou-se uma questão mais importante do que suas motivações e desejos (GRECCO, 2018). Com este novo olhar sobre o que é considerado econômico, ignoram-se produções que, embora cruciais para a sobrevivência da sociedade e o bem-estar das pessoas, não acarretam valor ao mercado, como é o caso do trabalho reprodutivo, realizado nas residências e essencialmente praticado pelas mulheres, que garante a manutenção da vida e a possibilidade de reprodução do sistema produtivo.

Assim, de acordo com Coelho (2011), a interpretação da Economia se apoia nas virtudes do mercado, considerando todos os indivíduos como seres iguais, racionais e que possuem os mesmos desejos, marcando o triunfo do individualismo como a ideologia dominante da acumulação capitalista. Este indivíduo, portanto, é identificado como universal, de modo que padrões distintos daqueles que o caracterizam passam a ser ignorados ou assumidos como irrelevantes à compreensão das relações econômicas, como é o caso do altruísmo, das relações de dependência e do trabalho não-remunerado.

A partir da noção de *homo economicus*, a teoria neoclássica assume que as trocas em um mercado livre são compatíveis com os interesses de todos, que o mercado se ajusta a um equilíbrio com o pleno emprego e que a distribuição de renda estaria diretamente ligada à produtividade (GRECCO, 2018). No entanto, este conceito de produtividade não inclui as contribuições femininas na esfera doméstica, pois elas não agregam valor ao mercado. Assim, a mão invisível no qual habita o *homo economicus* somente ocorre porque há um *coração invisível*, que garante a sustentabilidade deste sistema (MARÇAL, 2017).

¹¹ Apesar de Adam Smith ter vivido a maior parte de sua vida com sua mãe e de uma prima ter cuidado de suas finanças, podendo dedicar-se inteiramente às suas obras, não considerava tais esforços como ‘atividade produtiva’ (MARÇAL, 2017).

¹² Como afirma Marx, é produtivo o trabalhador que executa de fato um trabalho produtivo, e este trabalho valoriza o capital, gerando a mais-valia (TEIXEIRA, 2008).

Para estes pensadores, os temas de maior preocupação estavam voltados para a criação da riqueza, por meio do trabalho assalariado e da distribuição de renda entre as classes sociais, e para os aspectos relacionados ao trabalho que envolvem a questão de produtividade, eficiência, salário, divisão do trabalho etc., sempre se referindo ao trabalho como emprego e ignorando a produção realizada no âmbito doméstico (TEIXEIRA, 2008, p.32).

Assim, fica evidente que os desenvolvimentos teóricos que constituirão o *mainstream* econômico refletem a importância dada apenas à produtividade mercantil, enquanto o âmbito doméstico, apesar de fundamental à compreensão das relações socioeconômicas, não era considerado produtivo¹³. Da perspectiva feminista, o alcance deste viés teórico é limitante, prevalecendo modelos de família onde quem produz a riqueza é um ser racional e individualista, e a esfera doméstica é destinada às mulheres por sua “vantagem comparativa”. Segundo Luz (2013), as críticas que a heterodoxia econômica faz ao pensamento neoclássico recaem fundamentalmente no comportamento do homem, estruturado mediante uma ‘conduta humana distorcida’ que, no limite, serve aos objetivos de um método específico. “A teoria econômica é, deste modo, apologética de um modelo de sociedade que a realidade não sustenta” (COELHO, 2011 p. 9).

3.3 O APARECIMENTO DAS DISCUSSÕES DE GÊNERO E FEMINISTAS NAS CIÊNCIAS ECONÔMICAS

A predominância do *homo economicus* sobre o pensamento econômico dominante parece ser, em grande medida, resultado da compreensão de mundo daqueles que construíram as bases teóricas da disciplina. Nesta não há, portanto, distinção de gênero e a análise é guiada pela representação padrão, que torna invisível experiências diferentes daquelas processadas diretamente na esfera da produção. As vivências femininas são mescladas às vivências do agente econômico que oferta sua força de trabalho, de modo que seu rendimento decorre da sua produtividade e qualquer tipo de esforço despendido fora do mercado não é considerado. Ademais, a eficiência de Pareto garante que dada a alocação de bens, a situação ótima corresponde a um estado onde não é possível melhorar a utilidade de um indivíduo sem diminuir a utilidade de outro (COELHO, 2011).

Para que o homem econômico existisse, era necessário alguém que representasse o oposto. Alguém tem de ser a emoção para que ele seja a razão, alguém tem que ser dependente

¹³ “Os clássicos, portanto, não admitem a ideia de que o trabalho doméstico, exercido exclusivamente pelas mulheres é importante, e também não atribuem a ele valor econômico. Os neoclássicos são mais radicais, além de não atribuírem valor econômico às atividades desenvolvidas pelas mulheres, ignoram completamente sua contribuição para a ampliação do capitalismo” (MATOS, 2007, p.15).

para que ele seja independente (MARÇAL, 2017). A mulher, neste cenário, se torna invisibilizada e, diante deste apagamento de experiências, inferioriza-se seu papel econômico na sociedade.

A percepção de que o *homo economicus* em sua experiência universalizante não era capaz de explicar as diferenças econômicas de gênero tem início apenas no século XX, a partir do adensamento das mulheres no mercado de trabalho. Isso porque, como aborda Carneiro (2003), quando as desigualdades de gênero são politizadas (e isso em grande medida ocorrerá a partir de sua incorporação massiva no ambiente da produção), o feminismo transforma as mulheres em sujeitos políticos e as estimulam a ter diversos olhares. Dentre estes, como destaca Bohn (2017), tem-se a reflexão sobre experiências negligenciadas, abrindo-se “novos espaços na estrutura racionalista da academia, introduzindo novos temas de reflexão, assim como novas perspectivas teóricas e metodológicas” (CONCEIÇÃO & ARAS, 2013, p. 117).

A este primeiro momento de avaliação da situação díspar entre homens e mulheres no ambiente econômico atribui-se o nome de “Economia de Gênero”. Nela, a questão de gênero constitui-se de maneira singular quando comparada com as outras áreas científicas do grupo das Ciências Sociais, em que é mantida a problemática proveniente do que acontece na política (HEILBORN e SORJ, 1999). Isso porque a Economia de Gênero representará um reconhecimento das diferenças na análise tradicional, *mainstream* portanto, sem promover grandes rupturas ao conhecimento até então produzido. Inicialmente trabalhada no âmbito da *Nova Economia Doméstica*, especialmente com contribuições de autores como Gary Becker, tinha-se o intuito de responder à crescente presença das mulheres no mercado de trabalho, por meio de modelos de utilidade, contribuindo mais para a manutenção do *status quo* acadêmico do que para um estudo sobre mulheres (TEIXEIRA, 2017).

Em certa medida, trata-se de uma visão domesticada e acrítica, porque permite que os modelos neoclássicos apenas passem a incorporar a questão de gênero conforme as ferramentas e análises já realizadas. Assim, os resultados dos diferenciais entre homens e mulheres decorrerão das diferenças observadas no âmbito produtivo e no mercado de trabalho, marcados por produtividade distinta, sem questionar-se de onde vem tal disparidade.

A partir do final dos anos 80 haverá uma ruptura com relação aos desenvolvimentos teóricos realizados no âmbito da Economia de Gênero, ao que se associa o termo Economia Feminista, já considerada uma corrente de pensamento heterodoxa. Conforme Teixeira (2008), ela se construiu e se constrói lentamente, questionando a economia tradicional mediante a denúncia da racionalidade personificada no *homo economicus*, que não dá conta de pensar a diferença de gênero no mundo contemporâneo (CRUZ, 2014).

Neste sentido, a economia feminista busca formas de entender o sistema econômico e seu funcionamento com a reformulação do discurso sexista e androcêntrico imbricado nas teorias tradicionais, especialmente no *mainstream*. Além disso, o que torna diferente a economia feminista da economia predominante e das demais escolas econômicas, como explica Teixeira (2017), são os constantes questionamentos da dimensão básica de gênero. Entretanto, “a perspectiva feminista não deve ser entendida tão-somente como uma abordagem crítica que almeja desvelar os vieses da ciência tradicional, nem tampouco apenas como uma visão de mundo ou uma perspectiva moral” (FERNANDEZ, 2008, p. 362). Ela se apresenta como um ponto de partida para a geração de novas hipóteses, que serão respondidas a partir de diversas vertentes (marxista, liberal, neoclássica, institucionalista, ambiental) (BANDEIRA, 2008).

4. METODOLOGIA

A pesquisa aqui desenhada pretende sublinhar o caminho percorrido em termos práticos para responder se o aumento da representatividade das mulheres nos departamentos de economia implica em um aumento da produção científica inerente às temáticas de gênero e feministas. Para isso, foi desenvolvida utilizando diferentes recursos metodológicos. Enquanto pesquisa bibliográfica, procura compreender os motivos e as características que determinam a representatividade da produção acadêmica em temáticas de gênero e feministas de professoras mulheres dos departamentos de Ciências Econômicas. Para além disso, apresenta caráter exploratório, apoiado na estruturação de uma base de dados para análise.

Do universo de universidades federais, estaduais e privadas que oferecem o curso de Ciências Econômicas no Brasil, utiliza-se como recorte amostral aquelas que possuem programa de pós-graduação na área conforme o Relatório de Avaliação Quadrienal 2017 da CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior)¹⁴, o que representa 48 instituições de ensino (um terço do total)¹⁵. Esse delineamento decorre da dificuldade de encontrar informações de todos os professores do país e, mesmo que limite as conclusões do trabalho, é possível que seus efeitos sejam minimizados porque o recorte abarca os cursos que, em geral, são mais representativos em termos de número de alunos, estrutura física e, principalmente, produção acadêmica.

No primeiro momento da pesquisa, buscou-se o corpo docente de cada universidade selecionada, analisando o número de professores por sexo e, assim, levantando a amostra de mulheres pertencentes ao departamento. Dos cursos analisados, tem-se 1.717 docentes, dos quais 447 são do sexo feminino (26%). Sobre este grupo em específico é realizado o levantamento das informações contidas no Currículo Lattes, o que ocorreu entre março e junho de 2020.

Cada currículo foi analisado cuidadosamente, considerando a linha de pesquisa, os projetos de pesquisa e de extensão, os artigos e livros publicados, bem como as orientações acadêmicas. Em cada critério, buscou-se a presença da abordagem de temáticas feministas e questões de gênero, seja a partir de referências diretas ou mediante alguns termos chaves, como é o caso da “diferenciação salarial”, “inserção no mercado de trabalho”, “maternidade e seus desafios”, “dupla jornada”, “violência contra mulher”, “medidas protetivas”, “trabalho de

¹⁴ Consideram-se 50 programas de pós-graduação em economia, dos quais a Universidade Estadual de Campinas e a Universidade Federal de Viçosa contam com duas áreas distintas.

¹⁵ A listagem das instituições avaliadas encontra-se disponível no Anexo A.

cuidado”, “mulheres na liderança”, “empreendedorismo feminino”, “participação feminina no mercado financeiro”, “a mulher como figura familiar”, dentre outros.

A utilização do termo “temáticas de gênero e feministas” decorre da dimensão distinta dos temas abordados. Enquanto as temáticas de gênero remetem ao caráter fundamentalmente social das distinções entre homens e mulheres, podendo implicar em discussões que vão desde a desagregação estatística por sexo a análises empíricas, as temáticas feministas envolvem não somente a vertente da economia feminista, como assuntos tradicionalmente mais críticos e políticos, alinhados à teoria feminista.

Dentre as limitações identificadas no levantamento amostral, a primeira delas é a atualização das informações prestadas (tanto dos sites dos departamentos – em que o quadro docente pode mesclar professores que não são exclusivos das Ciências Econômicas; quanto dos currículos – com defasagens quanto às últimas atividades e mesmo à inexistência de alguns deles). Neste caso, as professoras com currículos desatualizados foram incluídas, considerando-a parte do corpo docente e utilizando as informações que constavam até a data de sua última atualização; para as professoras que não possuíam currículo Lattes (32 ocorrências), houve sua contabilização apenas como parte do corpo docente.

5. A REPRESENTATIVIDADE DAS TEMÁTICAS DE GÊNERO E FEMINISTA NA PRODUÇÃO ACADÊMICA DAS MULHERES DAS CIÊNCIAS ECONÔMICAS DO BRASIL

Ao analisar criteriosamente as informações sobre o corpo docente das universidades pesquisadas, constata-se algo que a presente trabalho já evidenciava: a predominância de professores do sexo masculino. Na amostra identificada, como apresentado na Tabela 10, apenas 25,94% são mulheres.

Tabela 10 – Corpo docente dos departamentos de economia das universidades brasileiras avaliadas, por sexo (2020)

Total de Professores	Homens	(%)	Mulheres	(%)
1.717	1.270	74	447	26

Fonte: Elaboração própria.

Dentre as 48 universidades analisadas, a região Sudeste é a que tem maior representatividade, com 23 instituições que contam com 828 professores em seu corpo docente. Na região Nordeste foram analisadas 11 universidades (401 professores), no Sul foram 10 (333 docentes), no Centro-Oeste, 5 (140 professores) e, no Norte, apenas uma instituição, com um quadro de 15 professores. Regionalmente, a participação de mulheres varia, mantendo-se próximo da média nacional: nos extremos estão a região Norte (com 13,4% do corpo docente constituído de professores) e o Centro-Oeste (com 32,9%), que se constituiria no espaço mais igualitário de gênero no ambiente docente universitário das Ciências Econômicas. Ainda assim, são baixos os níveis de inserção feminina ao que, conforme já discutido, pode sinalizar um comprometimento das perspectivas adotadas nos cursos de graduação, influenciando ou mesmo limitando o viés do pensamento econômico. A partir disso, a produção acadêmica seria uma consequência da homogeneização de vivências, centradas nas masculinidades

Tabela 11 - Corpo docente dos departamentos de economia das universidades brasileiras avaliadas, por região e sexo (2020)

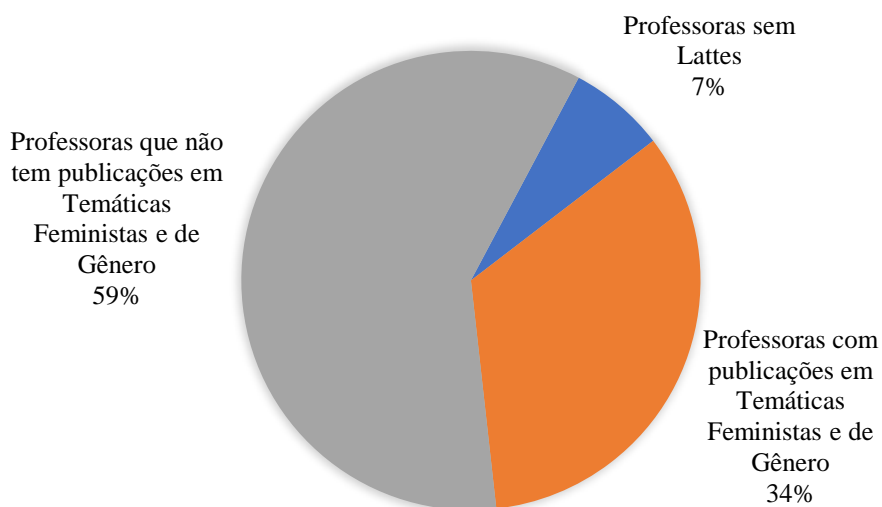
Região	Homens	(%)	Mulheres	(%)
<i>Norte</i>	13	86,6	2	13,4
<i>Nordeste</i>	299	74,5	102	25,5
<i>Centro-Oeste</i>	94	67,1	46	32,9
<i>Sudeste</i>	629	75,9	199	24,1
<i>Sul</i>	235	70,6	98	29,4

Fonte: Elaboração própria.

Diante da amostra de mulheres, passa-se para a análise dos currículos a fim de identificar a presença de estudos de gênero e feminista entre as professoras dos departamentos de Economia selecionados. Como destacado na Metodologia, algumas docentes não atualizaram recentemente seus currículos, de modo que é possível que tenham publicações não incluídas nesta pesquisa. Do total avaliado, apenas 61% dos currículos foram atualizados no ano de 2020 e três professoras tinham sua última atualização a mais de dez anos. Além disso, não foram consideradas 32 professoras que não dispunham de registros na Plataforma Lattes. Nesse caso, das 447 professoras da amostra, 412 currículos foram objeto de avaliação, que indicaram uma representatividade de 92,4% de doutoras.

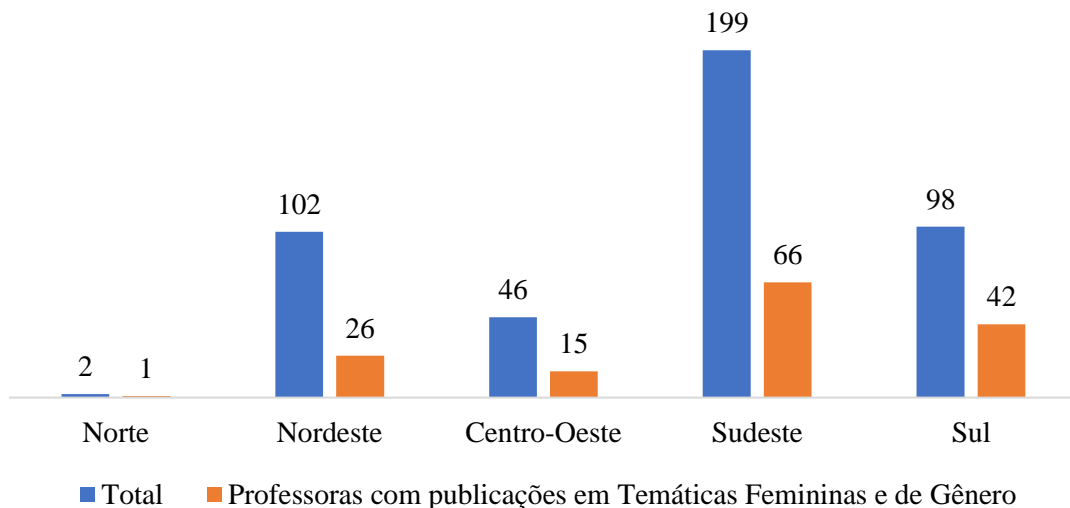
Considerando a amostra total e a avaliação dos itens nos currículos (linha de pesquisa, projeto de pesquisa ou de extensão, artigos e livros publicados e orientações), criam-se três grupos distintos: as que produziram em temáticas feministas e de gênero, as que não produziram nestas áreas e as que não possuem currículo na plataforma Lattes. Os resultados são apresentados na Figura 1. Ainda que seja menos da metade das professoras com publicações em temáticas feministas e de gênero, surpreende que 34% delas tenham algo na área. Isso não significa que elas, de fato, se debruçam sobre os campos sugeridos, porque as atividades avaliadas são diversas e envolvem distintos níveis de comprometimento (desde linha de pesquisa à orientação apenas). Entretanto, trata-se de um indicador positivo, porque revela que, em algum momento, houve uma reflexão sobre as mulheres no âmbito da pesquisa econômica.

Figura 1 – Representatividade das docentes da amostra com publicações nas temáticas feministas e de gênero



Ao considerar que nem todas as regiões contavam com a mesma participação de universidades na pesquisa, torna-se importante analisar a inserção regional das professoras com publicações, o que é avaliado a partir da Figura 2. Embora a maior representação recaia sobre a região Norte do país, com 50% de professoras com algum item relacionado às áreas de gênero e feminista, isso se deve ao fato de ter apenas duas docentes avaliadas. Na sequência vem a região Sul, em que 42% das mulheres faz parte do grupo com publicações. Em termos de representação total, o Sudeste tem o maior número de professoras neste quesito (66), ao que se associa a quantidade de cursos avaliados. Essas informações não surpreendem porque existe uma concentração regional do ensino universitário brasileiro, bem como das atividades acadêmicas, no Sul e no Sudeste. Em termos do que é avaliado neste trabalho, essa centralização pode marcar, mesmo no âmbito das publicações associadas aos estudos de gênero e feministas, reflexões homogeneizantes, uma vez que as mulheres avaliadas não devam ser tão diversas com relação às vivências e experiências do que quando comparadas a outras partes do país.

Figura 2 – Total de docentes mulheres nos departamentos avaliados e representatividade das docentes com publicações nas temáticas feministas e de gênero, por região - 2020.

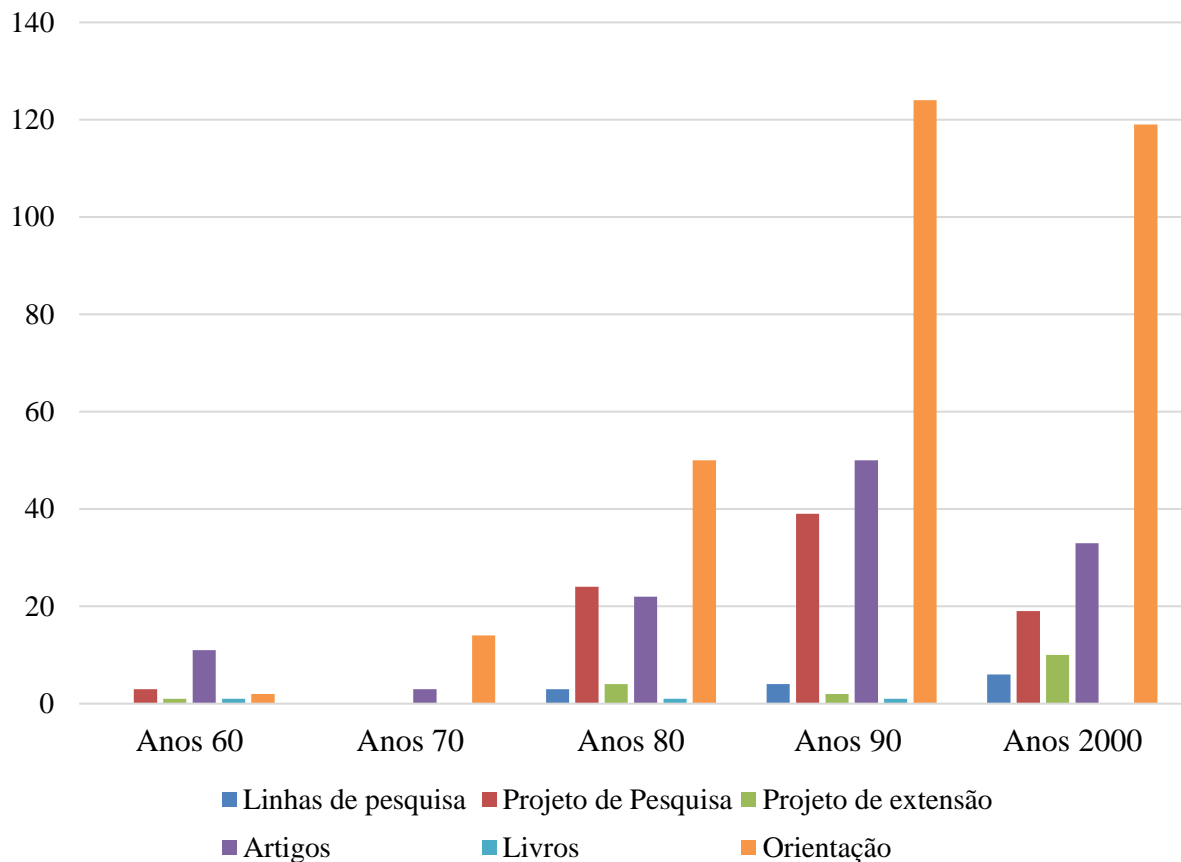


Fonte: Elaboração própria.

Para capturar o componente geracional das professoras avaliadas e dada a inexistência de classificação etária no Currículo Lattes, considera-se como *proxy* para a idade o ano na qual houve a graduação, ainda que não seja um indicador perfeito para tal. Assim, tem-se uma dimensão de quais grupos de mulheres se está tratando e qual pode ser o tempo dentro de carreira acadêmica. Nos limites, encontram-se formadas em 1962 e em 2015.

A Figura 3 traz os resultados com relação aos itens avaliados nos currículos Lattes de acordo com os grupos etários considerados. Dentre as pesquisadoras analisadas, 55% delas se formaram em Ciências Econômicas antes dos anos 2000, sendo a produção acadêmica deste grupo principalmente concentrada nas graduadas das décadas de 80 e 90, quando se avança na discussão de gênero nas Ciências Econômicas no Brasil.

Figura 3 - Produção acadêmica em temáticas femininas e de gênero, por década de graduação nas Ciências Econômicas.



Fonte: Elaboração própria.

Antes disso, para as graduadas dos anos 60 e 70, as intervenções na área se dão principalmente mediante artigos e orientações. Considerando as outras faixas etárias, são as orientações que ganham maior destaque e, embora já se tenha destacado que, dentre os componentes considerados, este seja aquele com menor nível de envolvimento com a temática, é significativo porque representa que há, pelo menos, duas pessoas analisando um problema específico no âmbito de gênero e feminista – a orientadora e o/a orientado/a. Se isso significa que, no futuro, haja uma continuidade das pesquisas entre parte dos orientandos, pode haver um efeito em cadeia no número de profissionais dedicados a essa área de pesquisa.

As formadas na década de 1980 têm uma grande evolução no número de publicações. Entretanto, as professoras que mais produziram em temáticas feministas e de gênero são aquelas formadas na década de 90, incrementando principalmente os trabalhos associados a projetos de pesquisa, artigos e orientações. Com relação às formadas nos anos 2000, o crescimento se dá em termos de linhas de pesquisa e projetos de extensão, o que é significativo porque sinaliza que as professoras podem estar, de fato, comprometidas com a área, mas ainda sem tantos resultados maturados, especialmente com a publicação de artigos.

Com relação aos itens pesquisados, apenas 14 docentes (3,1% da amostra) afirmaram ter sua linha de pesquisa em temáticas feministas e de gênero, estando elas nas regiões Nordeste, Sudeste e Sul do país. Mais da metade dos casos tratavam de questões associadas ao mercado de trabalho e ao papel da mulher no capitalismo, mas há também um caso associado à interseção com o segmento de saúde e outras duas professoras que tratam diretamente da discussão de economia feminista e de economia de gênero. É relevante mencionar que nem todas essas docentes tem trabalhos na área (dentre aqueles aqui considerados).

Nos projetos de pesquisa, o número de professoras envolvidas aumenta consideravelmente, com 42 docentes (9,4% da amostra) distribuídas em quase todas as regiões do país, com exceção da região Norte. Destas, praticamente metade se encontra em universidades da região Sudeste, que abarca 51 dos 84 projetos de pesquisa registrados. O número de projetos de extensão é significativamente menor – o que é tradicional nos cursos de Ciências Econômicas. Neste quesito, há 14 docentes (3,1% da amostra) associadas a 19 projetos de extensão, dentre as quais apenas uma tinha sua linha de pesquisa no tema. Dentre as docentes que se destacam, cabe mencionar a professora Rejane Gomes Carvalho, da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), que possui quatro projetos de extensão registrados envolvendo a inserção da mulher no mercado de trabalho, tendo também sua linha de pesquisa e projetos de pesquisa voltados ao mesmo tema.

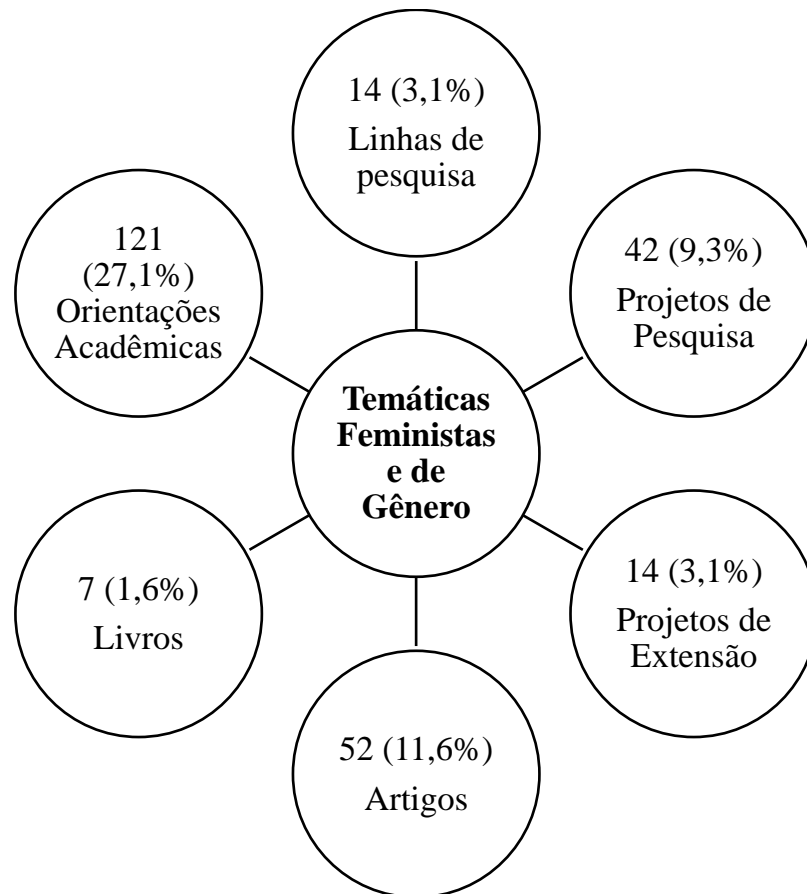
Segundos os dados coletados, 52 professoras da amostra (12%) publicaram artigos na área considerada, sendo 141 registros. Dentre elas, apenas 42% tinham algum outro item considerado (linha de pesquisa, projetos de pesquisa ou mesmo projetos de extensão). Os assuntos dos artigos publicados mostram uma grande pluralidade nos temas abordados, bem como nas orientações teóricas utilizadas como base – o que é uma característica dos trabalhos nas temáticas de gênero e feminista.

Se o número de artigos é considerável, os livros publicados são bem menos representativos, o que pode ser decorrente da baixa valorização desse tipo de publicação no âmbito da produção acadêmica. Na amostra considerada, apenas 7 professoras tinham registro

neste quesito (1,6%), distribuídas nas regiões Nordeste, Sudeste e Sul do Brasil. Os temas abordados eram diversos, indo desde a mulher no agronegócio, a visão de sexo feminino como frágil às novas facetas das mulheres contemporâneas.

Por fim, as orientações, como já destacado, representam a maior fatia dos registros associados às temáticas de gênero e feminismo. Dos currículos avaliados, 121 deles tinham algo nessa linha, o que compreende 310 trabalhos orientados até 2020. Neste caso, a distribuição se dá em todas as regiões do país, entre todas as faixas de idade e abarcando os mais diversos temas.

Figura 4 – Número de professoras com registros em cada um dos itens avaliados no Currículo Lattes.



Fonte: Elaboração própria.

A fim de resumir a participação das professoras em cada um dos itens considerados na avaliação do Currículo Lattes, dispõem-se os dados na Figura 4. Nela é possível trazer uma visão geral da coleta de dados. Fica evidente que nem todas as professoras que tem uma linha de pesquisa em temáticas feministas e de gênero estão associadas a projetos, artigos, livros ou orientações; como também há casos de docentes que não consideram sua linha de pesquisa nesta

vertente, mas orientaram muitos trabalhos acadêmicos e produziram inúmeros artigos. Ademais, em toda a amostra avaliada, não há professora que tenha registro em todos os itens considerados.

De modo geral, o que se observa é que a temática aqui tratada é pouco representada entre os trabalhos das professoras avaliadas e, na grande maioria das situações em que há maior evidência de registros, eles se concentram em temas tradicionais, como é o caso da inserção no mercado de trabalho e das diferenças salariais. Ainda assim, 10 docentes se destacam pela quantidade produzida: somente elas são responsáveis por 71 artigos e pelos 7 livros já destacados, além de estarem vinculadas a 34 projetos de pesquisa e 5 projetos de extensão, bem como tendo orientado 149 trabalhos acadêmicos. Destas, as três com maior notoriedade são apresentadas abaixo.

A primeira é a professora doutora Eugênia Troncoso Leone. Natural do Chile e formada em 1978, é docente aposentada, mas ainda é colaboradora da Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP. Tem sua linha de pesquisa voltada ao mercado de trabalho e gênero, possuindo atualmente um projeto de pesquisa sobre a participação das mulheres na atividade econômica em dois períodos distintos - de crescimento econômico (2004 a 2013) e de queda da atividade (2014 a 2017). Entre seus artigos e orientações, destacam-se as discussões envolvendo que relacionam as mulheres à renda familiar, às formas de expansão do emprego feminino, às diferenças de rendimentos entre homens e mulheres, às mulheres em cargos de chefia, entre outros. Direcionou 13 projetos de pesquisa em temáticas feministas e de gênero, publicou 8 artigos e dois livros e orientou 32 trabalhos acadêmicos.

O segundo destaque é a professora doutora Regina Carla Madalozzo, formada em 1995 e associada ao INSPER. Sua linha de pesquisa é voltada ao mercado de trabalho feminino, assim como da professora Eugênia, mas com uma ótica de aplicação, utilizando-se principalmente do ferramental microeconômico. Atualmente possui um projeto de pesquisa analisando as variáveis demográficas e econômicas de estados ou países com índice de desigualdade de gênero. Ao total são 9 projetos de pesquisa, 8 artigos e 24 orientações em temáticas feministas e de gênero.

Por último, destaca-se a professora doutora Ana Louise de Carvalho Fiúza, formada em 1991, que é ligada ao Departamento de Economia Rural da Universidade Federal de Viçosa. Apesar de não definir sua linha de pesquisa em temáticas feministas e de gênero, trata de diversos assuntos neste tema – tem um projeto de pesquisa voltado ao papel da mulher na geração de renda através do garimpo e artigos publicados que tratam das desigualdades de gênero nas universidades públicas, da importância das mulheres na tomada de decisão de

políticas públicas, dos desafios do empoderamento feminino em Minas Gerais e dos problemas femininos regionais do Sudeste, entre outros. Foi uma das poucas professoras analisadas que publicou um livro em temáticas feministas e de gênero: “Mulheres em movimento: as novas facetas de gênero da sociedade contemporânea” (2012).

Diante das informações apresentadas, é possível observar que há um atraso entre a representatividade das mulheres nos departamentos de economia e a criação de espaços de fala sobre as vivências e experiências femininas na produção acadêmica da área. Ainda assim, embora pequeno o número de trabalhos realizados pelas professoras pertencentes à amostra, ao que se associa o reduzido espaço de discussão de gênero e feminista no debate econômico, é notável seu crescimento e grandes são as possibilidades de que estes se expandam. Para além de mais mulheres trazendo luz às discussões na área, são necessárias mulheres diversas, que não apenas reflitam sobre a posição feminina nos espaços remunerados e não-remunerados, mas que também questionem como isso se associa a diferentes outros mercados sociais.

6. CONCLUSÃO

A inserção significativa das mulheres na esfera pública, além de revelar um passado histórico de invisibilidade e garantir espaços mais equânimes no mercado de trabalho e nas esferas educacionais e políticas, tem promovido um crescimento de questionamentos envolvendo discussões de gênero e temáticas feministas. Estes novos olhares evidenciam a manutenção do *status quo* a partir de experiências e conhecimentos que são ditos universalizantes, mas que na prática se apoiam em sujeitos homens, brancos, heterossexuais e de classe média.

Nos espaços acadêmicos, tais questionamentos são consequência da ampliação das mulheres nas Universidades e ganham espaço a partir dos anos 60, inicialmente mediante a necessidade de que os discursos teóricos também incorporassem as mulheres e, posteriormente, com uma versão mais crítica, trazendo a necessidade de repensar o conhecimento produzido desde suas bases. No âmbito das Ciências Econômicas, o *mainstream* será colocado à prova por ignorar os papéis tradicionalmente desenvolvidos pelas mulheres. Esta omissão será compensada com os trabalhos realizados pela Economia de Gênero e, mais tarde, pela Economia Feminista.

Ao ter por objetivo analisar a produção científica das mulheres das Ciências Econômicas dos departamentos de economia das universidades brasileiras que possuem curso de pós-graduação na área, para verificar a representatividade da temática de gênero e feminista entre elas, o que se busca é evidenciar que a importância de ter mais mulheres na academia (e não somente mulheres, mas outros grupos ainda minoritários nos espaços universitários) vai além da inserção numérica, que seria um indicador de igualdade de gênero. Ir além significa, como já destacado, a possibilidade de reconhecer que o conhecimento é situado e que, portanto, a homogeneidade de pesquisadores se traduz em um olhar míope sobre os problemas sociais. Nesse sentido, ‘mais mulheres’ dá vazão a novas perspectivas e a novos problemas de pesquisa, que podem se tornar base para uma melhor compreensão do mundo e, portanto, para dar suporte a políticas públicas que tenham por finalidade uma sociedade mais equânime.

A partir de uma pesquisa com dados desestruturados, verificou-se que, dos corpos docentes avaliados em 2020, apenas 26% dos professores são mulheres. A predominância masculina ocorre em todas as regiões do Brasil e, ainda assim, em todos os departamentos houve pelo menos uma professora que publicou ou orientou trabalhos acadêmicos em temáticas feministas e de gênero. Esse resultado parece ser otimista, mas ainda está distante de trazer uma ampla reflexão nos temas porque a representatividade dos mesmos é baixa, tanto entre as

mulheres, quanto na avaliação geral dos itens avaliados pela pesquisa. Ademais, a grande maioria dos debates ainda se limite à avaliação do mercado de trabalho.

Mesmo que a representatividade pareça insuficiente, pode trazer questionamentos que modifiquem a dinâmica de representação dos temas, além de impactar o que é ensinado e debatido nas salas de aula. Como a produção de conhecimento é cumulativa, a maior disponibilidade de estudos pode abrir oportunidades para novos trabalhos e novos olhares a velhos problemas.

Cabe destacar, por fim, que não houve a intenção de limitar as pesquisas e publicações em temáticas feministas e de gênero somente às mulheres por acreditar que apenas elas podem desenvolver trabalhos na área. Pelo contrário, a problematização vai além de quem não se reconhece nas teorias universalizantes ou que é impactado diretamente por elas, mas é factível que o questionamento da posição social venha principalmente da parte dos que a percebem de modo mais efetivo. Em outras palavras, ‘se as mulheres não ampliarem os espaços de discussão dentro da academia, muito dificilmente o outro gênero o fará’ (BOHN, 2017).

Tem-se ciência de que as conclusões deste trabalho são limitadas à amostra que foi possível definir a partir das informações prestadas nos sites dos departamentos de economia avaliados e dos currículos na Plataforma Lattes. Como alguns estavam desatualizados, pode haver publicações que não são consideradas na pesquisa. Para trabalhos futuros que sigam temática semelhante, seria interessante a realização de questionários aos professores para se ter uma outra dimensão da discussão. Além disso, tal mudança de metodologia poderia trazer reflexões adicionais que não são possíveis a partir dos registros curriculares (como cor da pele, a idade e o estado civil dos professores), a fim de avaliar interseccionalmente a produção com temáticas de gênero e feminismo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARTES, Amélia Cristina Abreu. A presença de mulheres no ensino superior brasileiro: uma maioria sem prestígio. In: 13º Mundos de Mulheres & Fazendo Gênero 11: transformações, conexões, deslocamentos. **Anais** Eletrônicos. Florianópolis, 2017. Disponível em: http://www.en.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1496748817_ARQUIVO_fazendogenero_final.pdf Acesso em 25 de julho de 2020.
- BANDEIRA, Lourdes. A contribuição da crítica feminista à ciência. **Revista Estudos Feministas**, v. 16, n. 1, p. 207-228, abr. 2008. Florianópolis, 2008. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2008000100020> . Acesso em 12 de outubro de 2020.
- BEZERRA, Nathalia. Mulher e Universidade: a longa e difícil luta contra a invisibilidade. In: Conferência Internacional sobre os Sete Saberes, 2010, Fortaleza. **Anais**. Fortaleza: UECE, 2010. p. 1-8. Disponível em: <https://docplayer.com.br/3070777-Mulher-e-universidade-a-longa-e-dificil-luta-contra-a-invisibilidade.html> Acesso em 20 de outubro de 2020.
- BOHN, Liana. **Inserção feminina na teoria e na prática: ensaios sob o olhar da economia feminista**. 2017. 241 p. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Sócio-Econômico, Programa de Pós-Graduação em Economia, Florianópolis, 2017.
- _____. **Educação e hiato de gênero no Brasil: análise da participação feminina no Ensino Superior a partir do século XX**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação). Curso de Ciências Econômicas, Universidade Federal de Santa Maria. Santa Maria, 2010.
- _____; CATELA, Eva Yamila A.S. Há Economia Feminista na Ciência Econômica Brasileira? Avaliação da Produção Científica na Área entre 1990-2015. XX Encontro de Economia da Região Sul. **Anais**. Porto Alegre, 2017. Disponível em <http://www.anpec.org.br/novosite/br/xx-encontro-de-economia-da-regiao-sul--artigos-selecionados> Acesso em 4 de novembro de 2020.
- BORGES, Nathalia. **A evolução recente da mulher no mercado de trabalho brasileiro: perspectiva social e econômica**. 2009. 45 p. TCC (Graduação). Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Economia. Campinas, 2009.
- BRUSCHINI, Cristina. **Tendências da força de trabalho feminina brasileira nos anos setenta e oitenta: algumas comparações regionais**. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1989.
- CARNEIRO, Sueli. Mulheres em movimento. **Estudos Avançados**, v. 17, n. 49, p. 117-133, Dez. 2003. São Paulo, 2003. Disponível em <https://doi.org/10.1590/S0103-40142003000300008>. Acesso em 23 de Julho de 2020.
- CARRASCO, Cristina. Introducción: hacia una Economía Feminista. In: CARRASCO, Cristina (Ed.) **Mujeres y Economía: Nuevas perspectivas para viejos y nuevos problemas**. Barcelona: Icaria Editorial, 1999.
- COELHO, Lina. A invisibilidade das mulheres no discurso económico. Reflexão crítica sobre os conceitos de trabalho, família, bem-estar e poder. **E-cadernos CES**, nº 14, 2011. Disponível em <https://doi.org/10.4000/eces.878> . Acesso em 10 de novembro de 2020.

CONCEIÇÃO, Carlos Lima da; ARAS, Lina M. Brandão de. Por uma Ciência e Epistemologia(s) Feminista: Avanços, Dilemas e Desafios. **Cadernos de Gênero e Tecnologia**, v. 8, n. 29/30, 2014. Curitiba, 2014. Disponível em: <https://periodicos.utfpr.edu.br/cgt/article/view/6123/3774> Acesso em 23 de julho de 2020.

CRUZ, Maria Helena Santana. A Crítica Feminista à Ciência e Contribuição à Pesquisa nas Ciências Humanas. **Revista Tempos e Espaços em Educação**, vol. 7, n. 12, abr. 2014. Disponível em <https://doi.org/10.20952/revtee.v0i0.2949> . Acesso em 11 de outubro de 2020.

FERNANDEZ, Brena Paula Magno. A epistemologia de Hugh Lacey em diálogo com a Economia Feminista: neutralidade, objetividade e pluralismo. **Revista Estudos Feminista**. Florianópolis, v. 16, n. 2, p. 359-385, Agosto, 2008. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2008000200004> . Acesso em 19 de julho de 2020.

_____. Economia feminista: metodologias, problemas de pesquisa e propostas teóricas em prol da igualdade de gêneros. **Brazilian Journal of Political Economy**, v. 38, p. 559-583, 2018. São Paulo, 2018. Disponível em <http://dx.doi.org/10.1590/0101-35172018-2815> . Acesso em 3 de julho de 2020.

_____. Teto de vidro, piso pegajoso e desigualdade de gênero no mercado de trabalho brasileiro à luz da economia feminista: por que as iniquidades persistem?. **Cadernos De Campo: Revista de Ciências Sociais**, v. 26, p. 79-103, 2019. São Paulo: UNESP, 2019. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/cadernos/article/view/12951> Acesso em 3 de julho de 2020.

GRECCO, Fabiana Sanches. O viés androcêntrico da ciência econômica e as críticas feministas ao homo economicus. **Temáticas: Revista dos Pós-Graduandos em Ciências Sociais** (IFCH-Unicamp), ano 26, n. 52, 326 p. 2018. Campinas, 2018. Disponível em <https://www.cesit.net.br/wp-content/uploads/2019/03/Dossi%c3%aa-economia-feminista.pdf> Acesso em: 25 de outubro de 2020.

HAYASHI, Maria Cristina Piumbato; CABRERO, Rodrigo de Castro; DA COSTA, Maria da Piedade Resende; HAYASHI, Carlos Roberto Masao. Indicadores da participação feminina em Ciência e Tecnologia. **Transinformação**, vol.19, n.2, 2007, pp.169-187. Campinas, 2007. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-37862007000200007> . Acesso em 10 de outubro de 2020.

HEILBORN, Maria Luiza e SORJ, Bila. Estudos de gênero no Brasil. In: MICELI, Sérgio (org.) **O que ler na ciência social brasileira** (1970-1995), ANPOCS/CAPES. São Paulo: Editora Sumaré, 1999, p. 183-221.

HOFFMANN, Rodolfo. LEONE, Eugenia Troncoso. Participação da mulher no mercado de trabalho e desigualdade da renda domiciliar per capita no Brasil: 1981-2002. **Revista Nova Economia**, v. 14, n. 2, 2009. Disponível em: <https://revistas.face.ufmg.br/index.php/novaeconomia/article/view/430> . Acesso em: 01 de novembro 2020.

HOLLANDA, Heloísa Buarque de. **Explosão Feminista**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

- HUNT, E.K.; LAUTZENHAISER, Mark. **História do pensamento econômico: uma perspectiva crítica**. 3ª ed. Tradução de André Arruda Villela. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.
- JANSEN, Mariana. **Mulheres e a economia**. Conselho Federal de Economia – COFECON, 8 de mar. 2020. Disponível em: <https://www.cofecon.org.br/2020/03/08/artigo-mulheres-e-a-economia/> Acesso em: 3 de novembro de 2020.
- MARCONDES Mariana Mazzini; PINHEIRO, Luana; QUEIROZ, Cristina; QUERINO, Ana Carolina, VALVERDE, Danielle (Orgs.). **Dossiê Mulheres Negras: retrato das condições de vida das mulheres negras no Brasil**. Brasília: Ipea, 2013.
- MARÇAL, Katrine. **O lado invisível da economia: uma visão feminista**. São Paulo: Editora Alaude, 2017.
- OCDE - Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico. **Education at a Glance 2019: OECD Indicators**. Paris: OECD Publishing, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1787/f8d7880d-en> . Acesso em 23 de outubro de 2020.
- POWER, M. A social provisioning approach to gender and economic life. In: FIGART, D. M.; WARNECKE, T.L. (Ed.) **Handbook of Research on Gender and Economic Life**. Cheltenham: Edward Elgar Publishing, 2013.
- RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?**. Belo Horizonte: Letramento, 2017.
- RIBEIRO, Maisa Goulart Souza. **A relevância do movimento por uma economia pós-autista para a ciência econômica atual**. 2016. 63 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal de Santa Catarina. Curso de Economia Centro Socioeconômico. Florianópolis, 2016.
- SAFFIOTI, Heleieth. **A Mulher na Sociedade de Classes: Mito e realidade**. 3. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.
- SCHIENBINGER, Londa. **O feminismo mudou a ciência?** Tradução de Raul Fiker. Bauru, SP : EDUSC, 2001.
- SCHWARTZ, Juliana; CASAGRANDE, Lindamir Salete; LESZCZYNSKI, Sônia Ana Charchut; DE CARVALHO, Marília Gomes. Mulheres na informática: quais foram as pioneiras? **Cadernos Pagu**, n. 27, p. 255-278. Campinas, Julho-Dezembro 2006. Disponível em <https://doi.org/10.1590/S0104-83332006000200010> . Acesso em 25 de julho de 2020.
- TEIXEIRA, Marilane Oliveira. Desigualdades Salariais entre homens e mulheres a partir de uma abordagem de economistas femininas. **Revista Gênero**. Niterói, v 9, n. 1, p. 31-34, 2008. Disponível em <https://doi.org/10.22409/rg.v9i1.94> . Acesso em: 7 de outubro de 2020.
- TEIXEIRA, Marilane Oliveira. **Um olhar da economia feminista para as mulheres: os avanços e as permanências das mulheres no mundo do trabalho entre 2004 e 2013**. 2017. Tese (Doutorado) - Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2017. Disponível em: http://repositorio.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/330990/1/Teixeira_MarilaneOliveira_D.pdf Acesso em 23 de outubro.

WAGNER, Ana Liria Souza. **Gênero e Mercado de Trabalho: Uma Análise do Brasil (2007 – 2017)**. 2019. 60 p.TCC (Graduação) - Universidade Federal de Santa Catarina. Centro Sócio-Econômico, Curso de Economia. Florianópolis, 2019.

ANEXO A – Universidades que tiveram o corpo docente avaliado

UFPA	Universidade Federal do Pará
UFMA	Universidade Federal do Maranhão
UFC	Universidade Federal do Ceará
UFC-ECON	Universidade Federal do Ceará Economia
UFRN	Universidade Federal do Rio Grande do Norte
UERN	Universidade do Estado do Rio Grande do Norte
UFPB-J.P.	Universidade Federal da Paraíba/ João Pessoa
UFPE	Universidade Federal de Pernambuco
UFPE-AG	Universidade Federal de Pernambuco Agreste
UFAL	Universidade Federal de Alagoas
FUFSE	Fundação Universidade Federal de Sergipe
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UFES	Universidade Federal do Espírito Santo
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFF	Universidade Federal Fluminense
UERJ	Universidade do Estado do Rio de Janeiro
PUC-RIO	Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro
FGV-RJ	Fundação Getúlio Vargas Rio de Janeiro
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UFV	Universidade Federal de Viçosa
UFV-ECON	Universidade Federal de Viçosa Economia
UFJF	Universidade Federal de Juiz de Fora
UFU	Universidade Federal de Uberlândia
UFOP	Universidade Federal de Ouro Preto
UFSCAR	Universidade Federal de São Carlos
USP	Universidade Federal de São Paulo
USP-RP	Universidade Federal de São Paulo Ribeirão Preto
USP-ESALQ	Universidade de São Paulo/ Escola Sup. De agricultura Luiz de Queiroz
UNICAMP	Universidade Estadual de Campinas
UNICAMP	Universidade Estadual de Campinas Desenvolvimento
UNESP-ARAR	Universidade Est. Paulista Júlio de Mesquita Filho Araraquara
PUC-SP	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
UNIFESP	Universidade Federal de São Paulo
FGV-SP	Fundação Getúlio Vargas São Paulo
INSPER	Instituto de Ensino e Pesquisa
UFPR	Universidade Federal do Paraná
UEL	Universidade Estadual de Londrina
UEM	Universidade Estadual de Maringá
UNIOESTE	Universidade Estadual do Oeste do Paraná
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFSM	Universidade Federal de Santa Maria
UFPEL	Universidade Federal de Pelotas
FURG	Universidade Federal do Rio Grande
PUC-RS	Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
UNISINOS	Universidade do Vale do Rio dos Sinos
UFMT	Universidade Federal de Mato Grosso
UFG	Universidade Federal de Goiás
UNB	Universidade de Brasília
UCB	Universidade Católica de Brasília